Samira El Saifi

Desemprego nos Anos 90: Aspectos Conceituais e Trajetórias dos Trabalhadores da Indústria Têxtil de Americana

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do **Profº. Dr. Glauco Arbix.**

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 30/07/2002

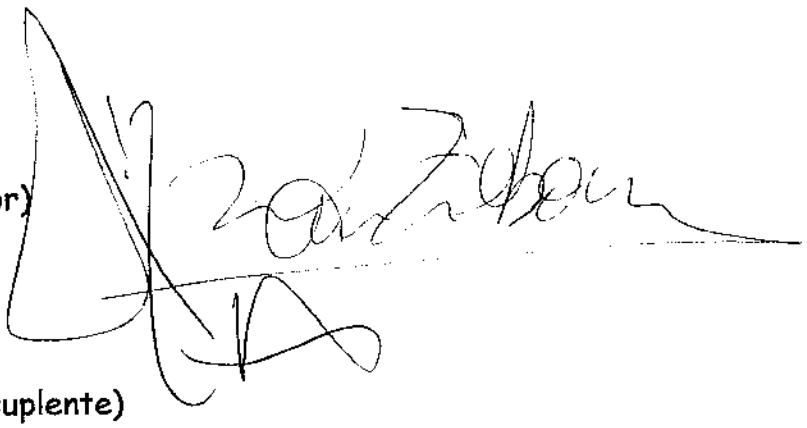
Banca examinadora:

Profº. Dr. Glauco Arbix (orientador)

Profº. Dr. Mauro Zilbovicius

Profº. Dr. Valeriano M. F. Costa

Profº. Dr. Mario Sergio Salerno (suplente)



Julho de 2002

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

UNIDADE BC
Nº CHAMADA T/UNICAMP
EL74d
V ____ EX ____
TOMBO BC/ 50414
PROC 16-837/02
C ____ DX ____
PREÇO R$ 11,00
DATA 17/08/02
Nº CPD ____

CM00172638-0

BIB ID 255811

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

El Saifi, Samira

EL74d

Desemprego nos anos 90: aspectos conceituais e trajetórias dos trabalhadores da indústria têxtil de Americana / Samira El Saifi - Campinas, SP: [s.n.], 2002.

Orientador: Glauco Arbix.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Desemprego. 2. Mobilidade de mão-de-obra. 3. Mercado de trabalho. 4. Setor informal. 5. Indústria têxtil – Americana (SP). I. Arbix, Glauco. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Dedicatória

À minha mãe e ao meu pai que enfrentaram os seus conceitos e preconceitos para tentar entender e respeitar, a sua maneira, o caminho que escolhi.

Às lindas, doces e pequeninas Ássia e Dana, sobrinhas queridas, capazes de com um sorriso tornarem as dificuldades mais amenas e a vida mais bela.

Aos grandes amigos, sobretudo ao Marcos.

Agradecimentos

Ao Glauco Arbix, orientador, e amigo nos momentos delicados, pela paciência, estímulo e, acima de tudo, por acreditar no meu trabalho e não ter desistido de mim.

Ao Mauro Zilbovicius e ao Valeriano Costa, pela leitura atenta, pela valiosa contribuição ao meu trabalho e pelo empenho em participarem das minhas bancas de qualificação e de defesa.

Aos incríveis Marcos, Ana, Ita e Milena por suas presenças imprescindíveis ao longo dos últimos anos, por seus "cutucões" sempre sensatos e, principalmente, pela amizade.

Às queridas Uli, Andréa, Mônica, Adriana, Simone, Maria e Valéria, amigas maravilhosas, pelo apoio sincero e tão fundamental para a superação dos meus momentos mais *neuras*.

Ao professor e, muitas vezes, amigo Josué que, ainda na minha graduação, foi responsável por aguçar a curiosidade e vontade que tenho de compreender com mais profundidade a s conseqüências das transformações em curso no mundo do trabalho.

À equipe do CEBRAP (Nadya Araujo Castro, André Gambier Campos, Fernando Valentin, e, sobretudo, ao Álvaro Comim e ao Paulo Henrique da Silva), pelo acesso às informações da RAIS e do Caged utilizadas neste trabalho e por ter gentil e pacientemente me auxiliado na pesquisa e montagem do banco de dados.

Ao Júnior, secretário da pós-graduação, pela cooperação e paciência.

Ao Sinditec e empresários entrevistados, pela disposição em ajudar e em fornecer informações.

Aos trabalhadores entrevistados, pela confiança em compartilharem suas trajetórias de vida comigo.

E a todos que nem sempre puderam estar perto, mas que sempre torceram para que tudo desse certo.

Resumo

Esta dissertação discute os impactos do fenômeno do desemprego contemporâneo sobre os trabalhadores a partir do estudo de caso da indústria têxtil de Americana - SP. Situamos as principais transformações ocorridas no mercado de trabalho nas últimas décadas e, mais especificamente, como o emprego e a indústria têxtil de Americana reagiram a essas mudanças. A fim de identificar as tendências do mercado de trabalho em Americana, procedemos a uma análise das trajetórias ocupacionais dos trabalhadores desligados desta indústria entre 1989 e 1993, acompanhados até 1995, a partir de um banco de dados específico, extraído das informações provenientes da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), do Ministério do Trabalho. Da análise fica evidente o crescimento do mercado informal e o fechamento (ao que tudo indica definitivo) de grande parte dos postos formais de trabalho, sobretudo na indústria — tendência esta que se aplica aos egressos da indústria têxtil de Americana —, implicando sérios prejuízos aos trabalhadores que ficam desprovidos das garantias e direitos assegurados pela formalidade.

Abstract

This dissertation discusses the influences of the contemporary unemployment phenomenon on workers. I use the textile industry of Americana, São Paulo, Brazil, as a study case. The dissertation examines the main transformation on the labor market during the past decades and, most specifically, how the labor market reacted to these changes in the specific case of Americana.

I investigate the tracks of workers who were laid off between 1989 and 1993. My studies analyze their whereabouts until 1995. I use information from a data bank available at *RAIS* (Annual Relation of Social Information), Federal Labor Department.

One of my conclusions is that a progressive closing of formal working positions took place and an informal market boom existed. This evolution observed in Americana (irreversible, as everything indicates) caused many disadvantages to employees. In the black market they could not refer to the rights guaranteed by the formal link.

SUMÁRIO

Introdução: Apresentação do tema e resumo dos capítulos 13

Capítulo 1: Transformações gerais e o caso da Indústria Têxtil de Americana..... 19
1.1. Contextualização das transformações 19
1.2. Caracterização do desemprego no Brasil..... 27
1.3. Caracterização da indústria têxtil de Americana..... 33

Capítulo 2: Caracterização dos desligados da indústria têxtil de Americana a partir do banco de dados RAISMIGRA..... 57
2.1. Panorama do conjunto dos trabalhadores desligados no período de 1989 a 1993..... 57
2.2. Trajetórias intersetoriais dos trabalhadores desligados em 1990..... 80
2.3. Breves considerações..... 84

Capítulo 3: Desemprego: conceituação e suas diferentes faces 87
3.1. Conceitos de desemprego..... 87
3.2. Percepções e classificações de desempregados..... 106

Considerações finais..... 123

Bibliografia..... 127

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem por alvo as transformações ocorridas nos últimos anos no mundo do trabalho e sua relação com a temática do desemprego, a partir do estudo da indústria têxtil da região de Americana, São Paulo.

Este tema, há alguns anos (no Brasil, com mais ênfase há uma década), tem se colocado como um desafio central para pesquisadores e governantes. Diversas pesquisas, referentes a diferentes países, indicam uma redução de grandes proporções na quantidade global de postos de trabalho, de tal forma que o fenômeno do desemprego consolidou-se como uma das maiores preocupações da atualidade, senão a maior delas; e a solução deste problema apresenta-se como um dos maiores desafios postos para as sociedades contemporâneas. A questão de fundo é que grande parte das pessoas que fica desempregada enfrenta muita dificuldade para se reinserir no mercado formal de trabalho, sendo que muitas destas migram definitivamente para o mercado informal da economia.

Contudo, não há acordo sobre o destino dos desempregados, se serão ou não reabsorvidos pelo mercado de trabalho.

Tal situação tem como decorrência um elevado custo social, podendo acarretar conseqüências como o aumento da violência e da criminalidade, e a desestruturação familiar. Afinal, como defende Casey (1995:25), o trabalho ainda mantém, seja pela sua presença ou ausência, o papel central na organização social dos indivíduos, sendo dominante para a maioria deles, apesar de todas as transformações das formas de solidariedade social.

É preciso salientar também as conseqüências de caráter econômico, na medida em que o aumento do desemprego gera uma diminuição do consumo que,

por sua vez, implica uma queda da arrecadação governamental, o que também ocorre graças ao aumento das ocupações informais, ocupações estas que não geram arrecadação direta de impostos. Paralelamente a isso, elevam-se os gastos sociais devidos aos seguros-desemprego, aos recursos despendidos para conter a violência, sem contar o comprometimento de todo o desenvolvimento econômico e da melhoria das condições de vida da população.

Dado tal quadro de possíveis conseqüências, a questão do desemprego da maneira como tem se apresentando - em altos níveis e sem perspectivas de recuo- parece-nos ser central e urgente. Debruçamo-nos sobre o setor têxtil para melhor entender essa dinâmica e precisar os obstáculos concretos e efeitos perversos da geração do desemprego, pois, como afirma Singer (1996),

> "estudos mais desagregados, procurando entender o que acontece com as famílias, com as regiões, com as cidades são altamente relevantes para tentar entender os efeitos da globalização e desse prolongado período de estagnação sobre o mundo do trabalho" (1996, p. 134).

Assim, a fim de obtermos uma noção mais precisa dos efeitos do desemprego contemporâneo sobre os trabalhadores, nos concentraremos em um estudo particular do caso observado na indústria têxtil de Americana. O cenário que se desenha aqui é o de um grande contingente sendo empurrado progressivamente para fora da indústria e que encontra fortes restrições para retornar. Nossa pesquisa comprovou que não se trata apenas de essas pessoas não conseguirem retornar à indústria, mas da grande possibilidade de elas não obterem qualquer outro emprego formal, que lhes assegure inserção social e

direitos básicos. Ou seja, a atual dinâmica perversa detectada na indústria têxtil de Americana levou-nos a afirmar que há cada vez menos reequilíbrio e reabsorção da mão-de-obra pela economia local, como notado nos anos 1950, 1960, 1970 e ainda nos 1980; mas há separação e confinamento de um significativo contingente de trabalhadores que passam a fazer parte da sociedade apenas pela sua condição marginal.

A escolha do setor têxtil justifica-se, ainda, pelas seguintes razões:

a) trata-se de uma das indústrias que foi mais afetada pela abertura do mercado brasileiro ao comércio exterior no início dos anos de 1990, e na qual ocorreu intensa reestruturação produtiva, que ainda está em andamento, sendo uma das conseqüências mais críticas deste processo a expressiva redução do número de postos de trabalho;
b) o problema se agrava quando observamos que essa indústria é o eixo principal da economia do município de Americana, além de ser um dos principais pólos da indústria têxtil do país, responsável por cerca de 90% da produção nacional de tecidos sintéticos e artificiais;
c) acreditamos que alguns dos efeitos do desemprego em geral podem ser estudados por intermédio deste caso particular, principalmente no que se refere às conseqüências aos trabalhadores afetados pelo problema.

Nesta dissertação procuraremos seguir os seguintes passos:

No primeiro capítulo, apresentaremos uma contextualização das transformações ocorridas no mundo do trabalho nas últimas três décadas. Em seguida, procuraremos analisar as particularidades brasileiras com relação à

questão do desemprego e situar as transformações específicas que atingiram a indústria têxtil e suas decorrências para o caso de Americana. Apresentaremos, então, uma breve análise das características do parque industrial têxtil da cidade desde a sua formação, bem como do mercado de trabalho formal e sua evolução nos anos de 1990. Para tal análise usaremos informações quantitativas provenientes, sobretudo da RAIS - Relação Anual de Informações Sociais, registro administrativo, de âmbito nacional, com periodicidade anual, obrigatório para todos os estabelecimentos, e que nos possibilita importantes tabulações estatísticas para caracterizar o mercado de trabalho formal[1] -, do SINDITEC[2] e ainda outras informações provenientes de entrevistas realizadas para esta pesquisa.

No capítulo seguinte, procederemos à analise dos desligados da indústria têxtil de Americana, a partir de informações oriundas, sobretudo, da base de dados RAISMIGRA do Ministério do Trabalho. Essa base de dados acompanha os trabalhadores desligados da indústria e permite diversas possibilidades de análise sobre a mobilidade ocupacional. Ela foi elaborada a partir da RAIS e do CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - e portanto restringe-se ao mercado formal de trabalho brasileiro, sendo essa uma de suas maiores limitações. A partir desses dados, analisaremos as características dos desligados desta indústria e suas trajetórias pelo mercado de trabalho.

Procederemos à análise dessa base de dados sob duas perspectivas diferentes. Num primeiro momento traçaremos um panorama do conjunto do desligamento de trabalhadores ocorrido na indústria têxtil de Americana no período de 1989 a 1993; em seguida, analisaremos as trajetórias ocupacionais

[1] Registros Administrativos RAIS e CAGED. Brasília/DF: Ministério do Trabalho e Emprego, abril de 1999.

dos trabalhadores desligados da indústria têxtil de Americana no ano de 1990, acompanhando-as ao longo de 6 anos, entre 1990 (ano do desligamento) e 1995 (último ano que incluímos neste estudo), com o objetivo de identificar o sentido da trajetória do mercado de trabalho na cidade. Isto é feito a partir da análise de quais setores estão crescendo e quais estão diminuindo em importância como empregador de mão-de-obra.

Faremos uso, neste segundo capítulo, da análise qualitativa de algumas entrevistas que realizamos com trabalhadores desta indústria. A partir dos depoimentos obtidos, procuraremos nos aproximar de particularidades de alguns exemplos de trajetórias daqueles que ficaram sem emprego em algum momento da última década. Todavia, o trabalho com as entrevistas não pretende ser um estudo exaustivo, muito menos com caráter de amostragem, que tenha por enfoque as histórias de vida de trabalhadores. Este, ao nosso ver, constitui-se em um outro projeto.

No terceiro capítulo, abordaremos as interpretações teóricas sobre o fenômeno do desemprego contemporâneo, a fim de situá-lo na discussão mais geral sobre o que vem a ser a *crise da sociedade do trabalho*. Procuraremos, para tanto, conceituá-lo e apresentar as diferentes formas que pode assumir na sociedade. Abordaremos, neste momento, os conceitos de desemprego: estrutural, tecnológico e conjuntural. E ainda, o conceito de desemprego de longa duração analisando sua relação com o processo de exclusão da formalidade como via de acesso dos trabalhadores ao mercado de trabalho.

Nas considerações finais, teremos por objetivo identificar as implicações da situação constatada e situar o debate sobre o futuro do

---

[2] Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Americana e região (Nova Odessa, Santa Bárbara e Sumaré).

trabalho, a realocação profissional, sua relação com a deterioração do trabalho e as decorrências de tal relação.

CAPÍTULO 1

Transformações gerais e o caso da indústria têxtil de Americana

1.1. Contextualização das transformações

O desemprego contemporâneo está diretamente relacionado a um cenário de globalização da economia e do mercado de trabalho, no qual se tem processado forte abertura comercial e financeira, redução da presença do Estado na economia e desregulamentação ou, a quem preferir, flexibilização do mercado de trabalho, especialmente nos países com economia frágil. Nos últimos anos, o Brasil ampliou essa sua condição ao promover a abertura comercial e financeira da economia sem alcançar em contrapartida ganhos substanciais na sua inserção internacional como fornecedor de bens e serviços.

Para que alguns setores da economia (principalmente o setor industrial) se adequassem aos padrões de competitividade internacional, eles foram impelidos a apresentar, nas últimas décadas, crescente capacidade de adaptação às novas e voláteis demandas do mercado: crescentes ganhos de produtividade, sobretudo com a incorporação de máquinas e equipamentos de elevada tecnologia e da adoção de inovações organizacionais. Tais investimentos (na maioria dos casos, mas principalmente nas indústrias tradicionais) além de não terem resultado em geração de novos postos de trabalho, provocaram uma intensa diminuição destes, e, por conseguinte, vêm afastando sistematicamente das indústrias grande parcela dos trabalhadores, antes ocupados no "core" da produção industrial.

As novas tecnologias passam a requerer trabalhadores com novas habilidades e em quantidade muito inferior em relação ao padrão de produção anterior, pois elas são, sobretudo, grandes poupadoras de trabalho humano.

Em sentido mais amplo, a partir dos anos 70, observam-se transformações no padrão de acumulação das economias capitalistas: uma vez que a rigidez do modelo fordista-keynesiano torna-se obsoleta e perde força competitiva, todas as suas dimensões são postas em xeque — rigidez do processo produtivo, do mercado, da alocação e contratos de trabalho e do Estado de Bem-Estar Social. O caráter de inflexibilidade desse modelo passou a significar uma limitação ao avanço do capital, que, conseqüentemente, defrontou-se com a necessidade de efetuar mudanças significativas com o intuito de alcançar novos padrões de produtividade e novas formas de organização da produção, a fim de adequar-se à lógica do mercado, que se tornou instável e segmentado (Antunes, 1995). Surge, então, como reação a esses fatores limitantes, o que Harvey (1994) denominou de *acumulação flexível*.

> "A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado 'setor de serviços', bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas." (p. 140)

As grandes transformações ocorridas no processo produtivo podem ser contempladas nos seguintes itens: 1) inovações de ordem administrativa e

produtiva; 2) inovações de ordem tecnológica; e 3) descentralização e reespacialização das unidades produtivas.

1.1.1. Com relação às inovações tecnológicas.

A flexibilidade/adaptabilidade exigida pelos novos moldes em que se dão a concorrência e a sua intensificação entre os mercados são dois dos principais fatores que colocaram em desuso a automação rígida com base técnica eletromecânica, já que esse tipo de máquina não se modifica facilmente em suas operações básicas e, portanto, mostra-se incompatível com o novo padrão de produção e com as novas exigências do mercado consumidor.

Surge a micro-eletrônica e, com ela, dois conjuntos principais de máquinas novas — os robôs e os autômatos —, que exigem menores e mais rápidas operações de regulagem e alimentação e possibilitam maior agilidade e adaptabilidade ao processo produtivo. Estas tecnologias permitem avanços no que se refere à abolição dos tempos mortos e à conquista do que Benjamim Coriat chamou de "tempo oculto", em decorrência das várias operações simultâneas que essas máquinas são capazes de realizar. Opera-se uma melhora da qualidade de produtos e desenvolvimento de outros produtos novos, assim como novos hábitos de consumo, o que acirra ainda mais a disputa por mercados entre as empresas — em nível mundial e não mais apenas regional ou nacional.

A característica das inovações tecnológicas que mais transtornos traz às sociedades parece ser a ampliação do chamado "desemprego estrutural",[1] na medida em que se processa intensa substituição e descarte da mão-de-obra, que, por sua vez, vai engrossar os números do mercado de reserva, sem destino

---

[1] Trataremos de precisar este conceito no segundo capítulo.

certo, e dificilmente melhor. Gorz (1993) salienta que a robótica e a microeletrônica podem fazer com que 80% a 90% dos operários de produção fiquem sem emprego, o que significa 50% a 60% do total do pessoal de uma indústria padrão.[2]

Aumentaram as tarefas de programação e as de "comando/orientação/controle" dos autômatos, que exigem novos conhecimentos, ao passo que diminui a importância para o mercado dos postos que envolvem operações manuais e repetitivas e das profissões "clássicas", tais como as de mecânicos, torneiros e fresadores, dentre outras, exercidas por operários qualificados, que antes gozavam de reconhecimento social. Rompe-se, assim, a relação "um homem uma máquina", que fundamenta o fordismo. Os trabalhadores se tornam multifuncionais, pois operam várias máquinas, o que não ocorre no modelo de produção fordista, e a relação que predomina é de uma equipe de trabalhadores, proporcionalmente pequena em relação ao volume de produção, operando um sistema de máquinas automatizadas (Coriat, 1983).

É importante entender que essas novas tarefas de supervisão e coordenação concedem aos padrões de montagem um altíssimo ritmo e acabam gerando uma necessidade de atenção intensiva e uma maior seqüência de movimentos em menor tempo e, portanto, uma tensão maior. Em função disso, o que em princípio pareceria melhor por se tratar de trabalho menos braçal, torna-se ainda mais desgastante. Alguns autores, como André Gorz e David Harvey, apontam que esses fatores têm intensificado os transtornos dos trabalhadores, principalmente os de ordem psíquica, aspecto ao qual voltaremos adiante.

---

[2] Dados da revista *Veja* (4/10/95) apontavam que a Europa convivia então com cerca de 35 milhões de desempregados.

Todavia, cumpre salientar que as transformações ocorridas na produção dizem mais respeito à mudança da natureza do trabalho do que ao aumento do ritmo do trabalho. Não necessariamente ocorre um aumento do ritmo da produção, mas necessariamente ocorre flexibilização desta produção, que tanto pode significar aumento, como desaceleração do ritmo de trabalho e da linha de produção. É intrínseca à mudança da natureza do trabalho a gestão do risco, o qual está intimamente relacionado ao aprofundamento da volatilidade do mercado, tanto do lado da demanda (graças ao incessante fluxo de produtos diferenciados que podem atrair os consumidores interessados em novidades) quanto do lado da oferta, com o acirramento da concorrência. Busca-se, então, sobretudo a flexibilização da produção, através, por exemplo, da terceirização, para melhor adaptá-la às novas situações de instabilidade e flutuações de demandas apresentadas pelo mercado. É central o fato de que a flexibilidade só existe para diminuir o risco, ou pelo menos torná-lo mais administrável, e que a automação está subordinada a isso.

1.1.2. Com relação às inovações de ordem administrativa.

Além dos novos equipamentos e máquinas informatizadas, esse novo rearranjo do capitalismo tem sido acompanhado por modificações nas formas de organizar o trabalho e a produção, a partir de uma nova racionalidade empresarial, a qual busca enxugar os quadros administrativos e produtivos, tornando as estruturas organizacionais menores, enxutas (segundo o jargão empresarial). De acordo com Hirata (1996), o novo modelo produtivo implica nova modalidade de organização da produção e uma outra lógica no emprego da força de trabalho em comparação ao taylorismo e ao fordismo. Ocorrem, assim:

"divisão menos acentuada do trabalho, integração mais pronunciada de funções, expectativa correspondente a tais características organizacionais de maior impulso para a formação e qualificação da mão-de-obra direta, de maneira que as dimensões subjetivas e inter-subjetivas do trabalho tornam-se centrais. O novo modelo corresponde a uma crise do posto de trabalho e à emergência de um paradigma baseado na cooperação e comunicação." (p. 3)

Procura-se maximizar a produtividade e a eficiência utilizando-se conceitos como "qualidade total", "cooperação" e "criatividade". Em termos concretos, com tais práticas, postos de trabalho são eliminados, já que diversos cargos e funções, antes essenciais à produção, tornam-se obsoletos, "ineficientes".

Além disso, esse novo conceito organizacional supõe também flexibilização da mão-de-obra, o que, neste caso, significa flexibilização da sua jornada de trabalho e de suas funções. Consegue-se, dessa maneira, flexibilizar os direitos dos trabalhadores, isto é, dispor da sua força de trabalho em função direta das necessidades do mercado consumidor. (Antunes, 1995).

Outra característica importante da produção flexível é que, ao invés de ser aprofundada a integração vertical, cria-se uma estrutura mais horizontalizada na qual são desenvolvidas relações de subcontratação de fornecedores e relações de trabalho temporário, o que possibilita à empresa ter uma maior capacidade de adaptação às flutuações e instabilidades do mercado. Esta pode ser considerada uma vantagem para quem continua trabalhando na empresa; contudo, consiste em um grande problema visto que muitos perdem o emprego ou passam a trabalhar para as empresas terceirizadas que, na sua maioria, não oferecem boas condições de trabalho.

1.1.3. Com relação à descentralização das unidades produtivas.

Com a redução dos custos e o aumento da agilidade dos transportes e das comunicações, a indústria em geral deixa de depender de restrições locais no que diz respeito a fontes de matérias-primas e a mercados consumidores.

A partir de meados da década de 1970 tem início uma nova divisão internacional do trabalho e novos princípios de localização. As unidades de produção saem do espaço do estado-nação, dispersando-se ainda mais. As plantas produtivas e os capitais são dispersos em nível internacional, buscando colher vantagens de localização em cada etapa do processo de produção, isto é, da concepção à distribuição do produto final. As multinacionais levam parte de suas unidades produtivas para países com mão-de-obra abundante e barata,[3] não atingidos por um Estado de Bem-Estar Social forte e nem por políticas sociais e trabalhistas características do fordismo-keynesianismo. Dessa forma, o capital obtém muitas vantagens ao combinar baixos salários (em boa medida, devido à exploração da mão-de-obra feminina), em algumas partes do mundo, com alta tecnologia produzida e controlada em outras.

Assim, ocorre um deslocamento de fábricas para determinados países do terceiro mundo. Os países recém industrializados (NICs)[4], como os do sudeste asiático — Hong Kong, Singapura, Taiwan e Coréia do Sul — representam os casos mais explícitos deste movimento. Tais países entram agressivamente nos mercados mundiais, principalmente de determinados produtos, como os têxteis e os eletrônicos, combinando custos relativamente baixos da força de trabalho

---

[3] Com relação às locomoções geográficas das empresas para lugares que se caracterizam por serem paraísos fiscais e onde há fraca proteção social, Viviane Forrester (1997) observa que *"o trabalho pode não custar nada quando se sabe viajar"*(p.101).

[4] NICs - New Industrialized Countries.

(pelo menos nas primeiras etapas de suas inserções na economia mundial) com progressiva incorporação tecnológica.

A terceirização de serviços e de etapas do processo produtivo também faz parte desse processo de dispersão das unidades produtivas, sendo igualmente vantajosa para o capital. A produção industrial se liga a toda uma rede de subcontratação, com o objetivo de obter maior flexibilidade diante do aumento da competição e dos riscos, permitindo a proliferação de pequenas e micro-empresas subordinadas direta e indiretamente a grandes complexos empresariais. Com esses inumeráveis pequenos negócios inseridos na matriz da subcontratação, as economias de escala da produção fordista de massa foram substituídas por uma crescente capacidade de manufatura de bens muito variáveis, preços baixos e em pequenos lotes.

Dessa forma, foi possível atender a uma gama bem mais ampla de necessidades do mercado, incluindo as rapidamente cambiáveis (Harvey, 1994). É importante frisar que essas pequenas empresas são dependentes da grande empresa, pois produzem para ela e são obrigadas a se submeter a todas as exigências feitas por ela. A grande empresa, por sua vez, deixa de assumir encargos trabalhistas e sociais com esses trabalhadores terceirizados.

Expusemos acima, em linhas gerais, as principais modificações do processo produtivo nas últimas décadas com o objetivo de contextualizar nossa análise. Ainda dentro desse esforço de contextualização do nosso objeto, fazemos a seguir algumas breves considerações sobre a questão do desemprego no Brasil ao longo dos anos 1990. Em seguida trataremos de aspectos mais diretamente ligados à região e ao segmento que são objetos deste trabalho, isto é, a indústria têxtil localizada na cidade de Americana.

1.2. Caracterização do desemprego no Brasil:

As dificuldades em caracterizar e medir o desemprego no Brasil começam pelas divergências sobre metodologias de mensuração e conceitos de emprego e desemprego. Há duas metodologias principais, e muito distintas entre si, utilizadas no país para apurar o tamanho do desemprego e sua evolução, que, obviamente, resultam em dados muito distintos o que, por sua vez, provoca "muita confusão técnica e desorientação da opinião pública." (Pochmann: 2001, 100)

Os dois principais indicadores de desemprego no Brasil e representantes dessas distintas metodologias são a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), de responsabilidade da Fundação IBGE, que procura identificar desemprego nas sete maiores regiões metropolitanas brasileiras (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e, mais recentemente, Curitiba), e a Pesquisa Emprego e Desemprego (PED), realizada pelo DIEESE em cooperação com a Fundação SEADE, que procura medir o desemprego em seis regiões metropolitanas (Porto Alegre, São Paulo, Salvador, Belo Horizonte, Recife e Distrito Federal). As principais diferenças entre a PME e a PED estão esquematizadas no quadro abaixo:

Quadro 01

Diferenças na:

SITUAÇÃO DO INDIVÍDUO	CLASSIFICAÇÃO PED	CLASSIFICAÇÃO PME
Não trabalhou e procurou trabalho na semana	Desemprego Aberto	Desemprego Aberto
Sem trabalho e procura na semana, mas com procura de trabalho nos últimos 30 dias	Desemprego Aberto	Inativo
Sem trabalho na semana e sem procura nos últimos 30 dias, mas com procura nos últimos 12 meses.	Desemprego Oculto pelo Desalento	Inativo
Com procura de trabalho combinada à realização de trabalho irregular nos últimos 30 dias	Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário	Ocupado, se trabalhou na semana, ou inativo, se não trabalhou na semana
Sem procura de trabalho nos últimos 30 dias, com procura nos últimos 12 meses e realização simultânea de trabalho irregular, inclusive nos últimos 30 dias	Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário	Ocupado, se trabalhou na semana, ou inativo, se não trabalhou na semana
Com trabalho exercido em caráter excepcional nos últimos 30 dias e sem procura de trabalho	Inativo com Trabalho Excepcional	Ocupado, se trabalhou na semana, ou inativo, se não trabalhou na semana
Com trabalho não-remunerado de ajuda a negócios de parentes na semana e sem procura de trabalho	Ocupado	Ocupado, se trabalhou 15 horas ou mais na semana, e inativo, se jornada inferior
Com trabalho não-remunerado em organizações beneficentes na semana e sem procura de trabalho	Inativo	Ocupado
Não trabalhou na semana porque está "encostado na caixa" há mais de 15 dias	Inativo	Ocupado
Crianças de 10 a 14 anos	Inativas, Ocupadas ou Desempregadas segundo exercício e/ou procura de trabalho.	Excluídas da PIA

Fonte: BRANDÃO (1997)

A partir do quadro acima, podemos perceber como a condição de desemprego tem um aspecto mais abrangente na metodologia utilizada pela PED. Isto é: os índices de desemprego por ela calculados serão quase sempre maiores que aqueles levantados pela PME, mesmo quando a amostra utilizada pelas duas pesquisas for coincidente. Como lembra Brandão (1997), embora pareça ser apenas uma questão metodológica, a controvérsia quanto ao nível do desemprego no país reveste-se de conteúdo político, na medida em que condiciona prioridades para a elaboração e implementação de políticas de geração de emprego.

Além disso, a metodologia PED parece-nos importante por dar expressão a comportamentos típicos de um mercado de trabalho brasileiro, que é pouco estruturado e no qual:

> "- apenas cerca de metade dos trabalhadores é contratada segundo as regras vigentes, tendo acesso às garantias oferecidas pela legislação do trabalho. No entanto, a grande maioria está submetida a alta rotatividade, baixos salários e jornadas de trabalho extensas;
> - o assalariamento sem carteira de trabalho assinada e o trabalho autônomo constituem parte expressiva do conjunto de ocupados, cuja precariedade de inserção decorre da falta de acesso ao contrato de trabalho padrão, da descontinuidade da relação de trabalho e da instabilidade de rendimentos;
> - os mecanismos de proteção aos desempregados são muito limitados, em termos de duração e valor do benefício recebido. Ademais, a proporção de trabalhadores que pode requerer o seguro desemprego é relativamente pequena;
> - os parâmetros que orientam os contratos de trabalho foram definidos em função do trabalhador individual, inexistindo regras que, referidas ao contrato coletivo, permitissem aos sindicatos negociar contratação e demissão de mão-de-obra." (Brandão, 1997: 02)

Estas características fazem com que a dinâmica deste mercado de trabalho não seja suficientemente captada se adotadas "as noções usuais de emprego — exercício de qualquer atividade por no mínimo uma hora na semana da entrevista — e desemprego — ausência de trabalho combinada à procura e disponibilidade para trabalhar. Ou seja, a dicotomia emprego/desemprego aberto presente na PME é insuficiente para descrevê-los.

Contudo, e a despeito das diferenças metodológicas, não se contesta o quão dramático é o problema do desemprego no país, bem como o agravamento dessa questão nos últimos anos. Mesmo com todas as diferenças metodológicas, as várias taxas de desemprego existentes no país atualmente apontam para um quadro muito mais sério do que o apurado no final dos anos 1980.

As recorrentes crises econômicas e, por conseguinte, as baixas taxas de crescimento econômico verificadas no país ao longo da década de 1990 fizeram aumentar as taxas médias de desemprego no Brasil. Basta lembrar que entre 1989 e 1998, enquanto a PEA (população economicamente ativa) cresceu 22,6%, a população ocupada cresceu apenas 14,6%. Dada essa fraca evolução dos postos de trabalho no Brasil frente à evolução de sua PEA, dos 13,6 milhões de pessoas que ingressaram no mercado de trabalho nos anos 1990, apenas 8,5 milhões encontraram vaga nos postos disponíveis. Isso significa que apenas 62,5% das pessoas inseridas no mercado de trabalho ao longo do período conseguiram encontrar uma vaga. Ou seja, 37,5%, ou 5,1 milhões de pessoas, permaneceram desempregadas. Em contraposição, nos anos 80, do total de ingressantes no mercado de trabalho, nada menos do que 96,1% encontraram vaga (Pochmann, 2001).

A gravidade da situação vem se pronunciando principalmente a partir de meados da década de 1990, período em que se acentuam as taxas de desemprego das seis maiores regiões metropolitanas do país, conforme dados da PED, apresentados no quadro 02.

Quadro 02

Taxas de Desemprego Total das Principais Regiões Metropolitanas do Brasil

Regiões Metropolitanas	Jan. 1995	Jan. 1996	Jan. 1997	Jan. 1998	Jan. 1999	Jan. 2000	Jan. 2001	Jan. 2002
Belo Horizonte	-	11,8	11,8	13,4	16,7	17,2	16,5	17,5
Brasília	14,1	16,8	15,7	18,6	20,7	20,8	18,9	20,0
Porto Alegre	-	10,8	12,2	13,0	17,2	16.7	14,7	14,5
Recife	-	-	-	20,1	20,9	21,0	19,7	20,2
Salvador	-	-	20,4	22,4	24,4	26,6	25,1	26,9
São Paulo	12,1	13,1	13,9	16,6	17,8	17,7	16,3	17,9

Fonte: Elaboração própria a partir de Seade/Dieese.

De acordo com Comim (2002):

"O mercado de trabalho brasileiro sofreu enormes e aceleradas modificações nestes últimos anos, como reflexo das mudanças macroeconômicas por que passou o país: abertura comercial, integração regional, privatizações, desregulamentação financeira e estabilização monetária, entre as mais importantes. O novo contexto de inserção econômica provocou efeitos sobre as empresas aqui instaladas que, embora diversos, tiveram conseqüências mais ou menos unívocas do ponto de vista dos impactos sobre o mercado de trabalho. Quer se considerem os setores que se reestruturaram com sucesso para enfrentar a competição externa, quer os que sucumbiram a essa mesma competição (seja por terem falido, seja por terem sido absorvidos por grupos estrangeiros), quer os complexos que foram privatizados, de um modo geral os resultados foram quase sempre poupadores de mão-de-obra" (Comim: 2002, p.8).

Sendo esse o cenário, Pochmann destaca que: *"Na década de 90, o desemprego transformou-se em uma das principais características do modo de inserção da População Economicamente Ativa no mercado de trabalho brasileiro"* (Pochmann: 2001, p.102).

Além disso, é fundamental lembrar que, quando falamos do Brasil, devemos levar em consideração que:

> " o mercado de trabalho é um local onde efetivamente se decide a cidadania, pois para grande parcela da população é a carteira de trabalho assinada o mais poderoso instrumento de acesso a alguns direitos e garantias básicas." (DESEP/CUT: 1998, p.4)

Apesar de algumas das tendências perversas no mercado de trabalho brasileiro (tais como: registro sem carteira, aumento de formas de contratação por tempo determinado ou parcial, manipulação da jornada de trabalho e alta rotatividade) serem visíveis já há décadas, o enfraquecimento sindical observado nos anos 1990 deixou os trabalhadores em situação de extrema fragilidade. Frente a uma classe empresarial de forte tradição autoritária, esses trabalhadores ficam sem margem para intervir nas mudanças técnicas e administrativas das empresas, e mesmo para conseguirem manter os seus direitos nas convenções coletivas. Como bem lembra Oliveira (1998), na última década em especial, "a tendência internacional à individualização das relações de trabalho e à descentralização dos contratos coletivos encontram aqui [no Brasil] plenas condições de reprodução." (p. 200).

Dentro desse contexto, o debate em curso sobre reforma das relações trabalhistas tem se pautado, sobretudo, pela desregulamentação dos direitos

sociais e pela maior flexibilização das relações de trabalho. Estas posições disseminadas no meio empresarial, também possuem forte respaldo nas iniciativas do governo federal, como revelam as propostas sobre contrato por prazo determinado e sobre mudança dos critérios de demissão.

Assim, as tendências atuais, que têm se pronunciando com vigor, são deletérias tanto do ponto de vista individual dos trabalhadores, como (e não poderia deixar de ser) do ponto de vista social.

O desemprego no Brasil tornou-se um fenômeno generalizado, atingindo todas as regiões e grandes centros urbanos no país. Contudo, para as regiões e cidades nas quais a geração de postos de trabalho estava concentrada em um ou poucos setores produtivos o problema do desemprego abateu-se com maior intensidade e gravidade. A região de Americana foi sem dúvida uma delas.

1.3. Caracterização da indústria têxtil de Americana

1.3.1 Introdução

Esta seção tem por objetivo caracterizar o setor têxtil de Americana e as transformações que nele se sucederam no período referente aos anos de 1990. Com isso busca-se compreender o que aconteceu com trabalhadores deste setor no período estudado.

Importa ressaltar mais uma vez que o processo de abertura da economia teve um impacto significativo sobre o setor têxtil, conduzindo-o a uma reestruturação impulsionada pela necessidade de adaptação ao mercado acentuadamente volátil neste segmento. Em função disso, as empresas passaram a procurar cada vez mais por flexibilização. Desta necessidade decorreram transformações altamente impactantes sobre o processo

produtivo e sobre o mercado de trabalho têxtil (reestruturações organizacionais e tecnológicas, desemprego em massa, desenvolvimento de novos produtos, aumento da terceirização de tarefas e da flexibilização de direitos contratuais, ou melhor dizendo, da perda de direitos).

As inovações do processo produtivo da indústria têxtil, nas últimas duas décadas, provocaram a elevação da velocidade de operação dos equipamentos e a eliminação de etapas do processo. São muitas as vantagens permitidas pela introdução das inovações.

No que se refere às vantagens das máquinas com controle micro-eletrônico, são elas:

a) redução do tempo de treinamento de pessoal. Esta redução ocorre porque os conhecimentos que passaram a ser exigidos com a introdução das inovações tecnológicas são de menor complexidade, na medida em que o tempo necessário para adquiri-los é menor, segundo relatam nas entrevistas realizadas empresários e trabalhadores da área. Há um atrito no que diz respeito ao debate sobre escolarização e capacidade de exercer atividades complexas. Por exemplo, o trabalho dos tecelões especializados da indústria têxtil tradicional, que operavam os antigos teares de lançadeira, exigia mais habilidade e tempo de aprendizagem do que o trabalho exigido pelos teares automatizados (de controle micro-eletrônico);

b) melhoria da qualidade do produto;

c) ganhos com o aumento da produtividade do trabalho; e

d) aumento da flexibilidade (que como já dito, permite uma adequação da produção à demanda do mercado).

No que se refere às vantagens das inovações organizacionais, as vantagens são:

a) redução dos custos com a manutenção dos estoques;

b) melhor adaptabilidade ao atendimento da demanda; e

c) elevação da competitividade e das possibilidades de lucro de todos os segmentos da cadeia produtiva (Garcia, 1994).

Em contrapartida, como conseqüência da elevação da produtividade, tem-se a redução da necessidade de trabalho humano. A fim de explicitar esse ponto, Garcia (1994) observa que, em 1900, para produzir um quilo de fio, eram necessárias cerca de 50 horas de trabalho. Já em meados de 1980, produzia-se a mesma quantidade em cerca de 2 a 3 minutos. Desse modo, seguindo a regra geral do conjunto das indústrias, desenha-se um cenário com altas taxas de desemprego. Em São Paulo, o líder em demissões, em 1995, foi o setor têxtil, que fechou, entre janeiro e setembro deste ano, 79 mil postos de trabalho, ou 20% dos empregos disponíveis no setor.[5]

Sendo assim, a indústria têxtil brasileira — e, em grande medida, a indústria têxtil de Americana — é um dos segmentos da economia que mais tem sido afetado pelas novas configurações dadas.

1.3.2 O caso de Americana - Formação e caracterização do pólo

Americana, localizada no interior do Estado de São Paulo, é uma cidade industrial com 182.084 habitantes,[6] que se caracteriza, em termos econômicos, por apresentar uma elevada concentração de produtores têxteis e, portanto, por uma economia pautada em grande medida pela indústria têxtil. Mais especificamente, o pólo de Americana é especializado na produção de tecidos planos à base de fibras artificiais — rayon acetato, rayon viscose e fioco — e

---

[5] Dados publicados na *Revista Veja* em 4 de outubro de 1995.

[6] Dado extraído do Censo Demográfico do IBGE do ano de 2000.

sintéticas — nylon, polyester e elastano — destinados basicamente à fabricação de roupas de moda, decoração, além de diversos fins industriais.[7] Este pólo é responsável por cerca de 85% a 90% da produção de tecidos de fibras sintéticas e artificiais do país, sendo considerado o maior da América Latina.

Chama a atenção o fato de que a formação e o desenvolvimento do seu parque têxtil não foram induzidos pelas autoridades governamentais[8]. Seu parque têxtil se desenvolveu, a partir de certo ponto, graças à presença de complementaridades que se foram formando ao longo do tempo, tais como a criação de um mercado de trabalho com pessoas qualificadas.

Instalada na cidade em fins do século XIX, a indústria se expandiu no começo do século XX, e a economia da cidade, definitivamente, assumiu características têxteis. O predomínio da produção de tecidos sintéticos e artificiais na cidade começou em fins dos anos 50, mantendo-se até hoje.

De acordo com Garcia (1996), há algumas décadas o crescimento desta indústria ultrapassou os limites da cidade e expandiu-se para as cidades vizinhas — Santa Bárbara d'Oeste, Nova Odessa e Sumaré —, e por esse motivo esta indústria ganha aspecto regional. Contudo, Americana é de longe o município mais importante da região. Segundo dados da RAIS, dos 1000 estabelecimentos têxteis (incluindo os de vestuário) existentes na região em

---

[7] Esta característica do pólo de Americana pode ser contrastada com a de outro pólo têxtil importante do país, o da região do Vale do Itajaí, que concentra a produção nacional de produtos em que predominam as fibras de algodão, voltadas principalmente para artigos de cama, mesa e banho (Garcia, 1996).

[8] Contudo, a prosperidade e estabilidade do parque industrial têxtil de Americana e região nas últimas décadas deveu-se em grande medida às políticas governamentais exageradamente protecionistas que contemplavam o setor; tais políticas foram suspensas de forma abrupta a partir de 1990, desencadeando a grande crise que se abateu sobre o setor.

1991, 65% localizavam-se em Americana,[9] quadro que não se alterou significativamente nos últimos dez anos.

Para se ter uma idéia do significativo parque têxtil do município ao longo do tempo, de acordo com dados do Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem do Estado de São Paulo, no começo dos anos 1980 Americana abrigava sozinha aproximadamente 27% dos estabelecimentos têxteis de todo o Estado. E ainda hoje, apesar da reestruturação que sofreu, o parque têxtil de Americana comporta os maiores grupos do setor do país, como Vicunha e Santista. Entretanto, caracteriza-se pelo predomínio absoluto de pequenas e micro-empresas.

1.3.3.Importância do setor para a cidade

Sempre é bom lembrar que muitos dos trabalhadores e parte dos empresários têxteis da cidade são migrantes, originários de outras cidades (a maioria é proveniente do Paraná, Minas Gerais e interior de São Paulo), que se deslocaram para Americana com a certeza de emprego nas suas indústrias têxteis, graças à sua fama de grande ofertadora de postos de trabalho. A disponibilidade de emprego era tamanha, ao ponto de, sistematicamente, as empresas colocarem carros de som para circular nas ruas da cidade anunciando vagas de trabalho nas suas unidades, conclamando os moradores a convencerem seus parentes e conhecidos de outras localidades a virem trabalhar na cidade.[10]

---

[9] As empresas são, em sua maioria, de micro e pequeno porte e se caracterizam por prestar serviço à facão, ou seja, são empresas que, geralmente, por não possuírem capital de giro suficiente, prestam serviços produtivos às empresas maiores. Em 1993 estas empresas representavam 50% do total de estabelecimentos de Americana (Garcia, 1996 e Colli, 2000). São estas as empresas que mais sofrem com a abertura do mercado, em virtude do profundo atraso tecnológico que as caracteriza.

[10] Este fato é evidenciado nas entrevistas realizadas entre 1997 e 1998 com trabalhadores, empresários e representantes dos sindicatos dos trabalhadores e patronal.

Este é mais um forte indício da importância da indústria têxtil para o crescimento econômico e populacional da cidade.

Desta maneira, quando o setor têxtil de Americana foi atingido pelos efeitos da abertura comercial promovida no início dos anos 1990, e com mais intensidade a partir de 1995,[11] a economia da cidade, como era esperado, sofreu duras conseqüências em termos de perda de renda e de postos de trabalho. Um bom indicador desta crise dramática que se abateu sobre Americana na primeira metade da década de 1990 foi o comportamento do mercado imobiliário. De acordo com o diretor da maior incorporadora da região, a Base Empreendimentos, na primeira metade da década de 1990, em cinco anos, não havia sido feito sequer um lançamento de novas plantas na cidade. Outro dado fornecido pelo diretor: enquanto nos dois primeiros anos de Plano Real os aluguéis subiram cerca de 400% no país, em Americana o processo foi inverso, registrando uma baixa de cerca de 30% no valor do aluguel de um apartamento de alto padrão. Além disso, enquanto era possível observar nos jornais locais um excesso de ofertas de galpões industriais para aluguel, eram raras as ofertas de emprego.

Vários dados revelam quão importante é a indústria têxtil para a cidade:

• a crise afetou a arrecadação do ICMS de Americana, uma vez que 80% da atividade industrial da cidade é ligada ao ramo têxtil, segundo presidente do Sinditec;[12]

• 3 em cada 4 empregos eram, em 1996, direta ou indiretamente ligados à indústria têxtil na cidade de Americana;[13]

---

[11] A abertura comercial no Brasil data de 1990; contudo, é principalmente a partir de 1995, com as mudanças cambiais, que todos os efeitos da exposição da economia à competição internacional se fazem sentir com mais intensidade em setores tão importantes quanto o têxtil, calçados, alimentos, máquinas e automóveis. (CARDOSO, 2000)

[12] Em entrevista ao jornal *Valor Econômico*, em 13 de maio de 2002.

• o setor têxtil de Americana é responsável por 60% de toda a arrecadação do município;[14]

• a Indústria Têxtil participava, em 2000, com aproximadamente 40% do valor adicionado em Americana, de acordo com a Unidade de Auditoria Fiscal da prefeitura municipal. Vale lembrar que *valor adicionado* é equivalente à renda gerada no processo produtivo. Assim, se o setor têxtil representa 40% do valor adicionado, significa dizer ele é responsável por 40% da renda (somatório de salário, lucros, aluguéis e juros) gerada em Americana.[15]

A Tabela 01 apresenta um conjunto de dados sobre a cidade de Americana e a participação do setor têxtil na geração do emprego, permitindo-nos observar a grande importância desse setor na economia da cidade.

Embora nos anos 1990 sua participação no empregos tenha se mostrado declinante, reduzindo-se de 23.768 para 11.947 postos formais de trabalho, 25% dos postos formais de trabalho existentes em 1999 foram gerados no setor têxtil. Em relação à população total da cidade, 6,7% tinham, em 1999, emprego formal junto à indústria têxtil.

---

[13] Fonte: Revista Exame, 10 de julho de 1996.

[14] De acordo com o secretário de desenvolvimento econômico da cidade, João Girardi, em entrevista ao jornal *Folha de São Paulo*, em 7 de julho de 2002.

[15] Fonte: Unidade de Auditoria Fiscal da prefeitura municipal de Americana, 2000.

Tabela 01

Dados Populacionais e de Emprego na Cidade de Americana: 1990-1999

VARIÁVEL/ANO	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Pop. Americana	150.249	153.273	156.693	160.070	163.404	166.668	169.784	172.861	175.942	178.895
*PEA de 48%[16]	72.120	73.571	75.213	76.834	78.434	80.001	81.496	82.973	84.452	85.870
Total empr formais em Americana	54.569	50.567	46.159	48.152	49.729	46.564	47.297	44.224	44.478	47.860
Total empr formais na ind. Têxtil	23.768	21.280	15.654	16.026	19.792	16.172	16.312	14.798	13.874	11.947
% têxtil sobre pop	15,8	13,9	10,0	10,0	12,1	9,7	9,6	8,6	7,9	6,7
% têxtil sobre total empr formais	43,6	42,1	33,9	33,3	39,8	34,7	34,5	33,5	31,2	25,0
% têxtil sobre PEA	33,0	28,9	20,8	20,9	25,2	20,2	20,0	17,8	16,4	13,9

Fonte: Elaboração própria, a partir de RAIS/MTE/Codefat/Datamec e IBGE

*Fonte: Unidade de Desenvolvimento Sócio-econômico da prefeitura municipal de Americana

[16] Este índice diz respeito ao Censo de 1991, quando Americana tinha uma PEA de 73.692, para uma população de 153.840 habitantes. A partir daí, o IBGE, que detém este dado, não informou outro, o que deverá ser feito a partir da finalização dos dados do Censo de 2000. Por este motivo, a prefeitura municipal de Americana trabalha com este índice.

1.3.4. Efeito da abertura comercial

Como vimos, o setor têxtil de Americana passou por uma forte modificação estrutural impulsionada pela "abertura comercial que expôs os produtores locais a uma situação a qual, por vários motivos, eles não estavam preparados para enfrentar em virtude do baixíssimo nível de investimento verificado nas últimas décadas." (Garcia, 1996:133). Em reação, as empresas mais capitalizadas, isto é, com capital de giro disponível, procuraram recuperar o tempo perdido e modernizar suas instalações fabris, tornando-as capazes de suportar a pressão competitiva dos produtos importados.

Entretanto, as inovações tecnológicas só foram adotadas pela maioria dos produtores locais após a abertura de mercado, sem um necessário período de adaptação das competências locais às novas tecnologias, o que fez com que, nesse processo de reestruturação, muitas empresas sucumbissem diante da maior concorrência e da carência de crédito a baixo custo para dar conta dos investimentos necessários (Idem: 133).

As máquinas na indústria têxtil de hoje são renovadas em média a cada 4 anos. Mesmo na China, cujas indústrias têm como principal vantagem comparativa o baixo salário ofertado,[17] o grau de obsolescência dos equipamentos não chega a 10 anos, enquanto em Americana boa parte das empresas que encerraram suas atividades operavam com teares com mais de 40 anos de uso, verdadeiras velharias em relação aos equipamentos de última geração utilizados em outros países.

---

[17] A respeito das condições de trabalho na China ver: CHAN, Anita, SENSER, Robert. "O sofrimento dos Trabalhadores Chineses" in: Foreing Affairs, 1997. (edição brasileira da Gazeta Mercantil publicada em 11 de abril de 1997).

Nem mesmo indústrias de grande porte estavam prevenidas contra a abertura sem critério algum do mercado e para a concorrência dos tecidos asiáticos. Um bom exemplo é o caso da Têxtil Elizabeth, do grupo Vicunha, uma das maiores empresas de Americana (senão a maior). Apenas em 1995, o seu maquinário começou a ser substituído pelos teares mais recentes e incomparavelmente mais velozes. Esta defasagem contribuiu para que a empresa passasse por sérias dificuldades. Sua produção, que era de 2,5 milhões de metros de tecidos por mês em 1991, passou à metade disso em 1996.

Os efeitos dessa abertura foram sentidos mais intensamente entre os produtores do pólo específico de Americana, do que entre produtores de outros pólos têxteis do país, como o do Vale do Itajaí, em função de ele ser um pólo especializado em um segmento no qual a concorrência internacional é muito mais acirrada devido à atuação agressiva dos países asiáticos neste segmento (Garcia, 1996: 134). Na tabela 02, abaixo, observam-se os números alarmantes das importações de tecidos ocorridas no período de 1994 a 1995, que culminaram com o fechamento de várias empresas e a queda brutal dos empregos no pólo de Americana.

Tabela 02

Importações efetivas de tecidos planos de fibras artificiais e sintéticas

Ano	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000/Set
Ton/Ano	2.153	3.279	11.334	34.170	82.149,50	33.650	30.515	14.328	28.008	35.000

Fonte: Sinditec, 2000.

A partir de 1996, os números de importados voltam a cair como reflexo positivo de algumas políticas restritivas à importação de produtos têxteis

adotadas pelo governo federal, ainda que longe dos patamares de protecionismo anteriores a 1990, e da própria reação das empresas nacionais que reestruturaram, tecnológica e administrativamente, seus parques produtivos e alcançaram maior competitividade frente aos produtores importados .

De acordo com o Sinditec o segmento de tecelagem verificou o fechamento de 865 indústrias em seis anos. Em 1990, na região de Americana (que inclui Santa Bárbara d'Oeste, Nova Odessa e Sumaré) existiam 1486 empresas, das quais restavam apenas 621 em 1996. A partir de 1997 este número voltou a subir, lentamente, chegando a 703 empresas em 1999.

Como destacamos anteriormente, os empresários do setor, pressionados, investiram na modernização de seus equipamentos, substituindo gradativamente os teares antigos e obsoletos por máquinas modernas. De acordo com o Sinditec, atualmente a maioria dos teares e máquinas têxteis em operação no pólo de Americana são informatizados.

A tabela 03, abaixo, apresenta a evolução dos investimentos na aquisição de diversos tipos de teares utilizados na indústria têxtil, feitos pelas empresas do setor localizadas na região de Americana. Como se pode observar, desde 1995 teares mais sofisticados (Jato-de-Ar, Jato-de-Água e Projétil) têm apresentado crescente participação nas compras realizadas pelas empresas, o que sugere a atualização tecnológica dos produtores locais.

Tabela 03

Aquisição de Teares pelas Empresas do
Setor Têxtil da Região de Americana: 1991-2000

Teares/Modelo	1991/1995	1996	1997	1998	1999	2000(estimado)
Pinça Nacional	4.029	600	250	170	50	0
Pinça Importado	748	150	300	420	350	140
Jato-de-Ar	264	200	120	130	90	10
Jato-de-água	464	300	250	330	440	150
Projétil (Sulzer)	209	100	100	150	50	
Total de teares	**5.714**	**1.350**	**1.020**	**1.200**	**980**	**300 (*)**
Total Geral** = 10.264 teares + (*) estimado ano 2000 = **10.564 teares						

Fonte: Sinditec, 2000.

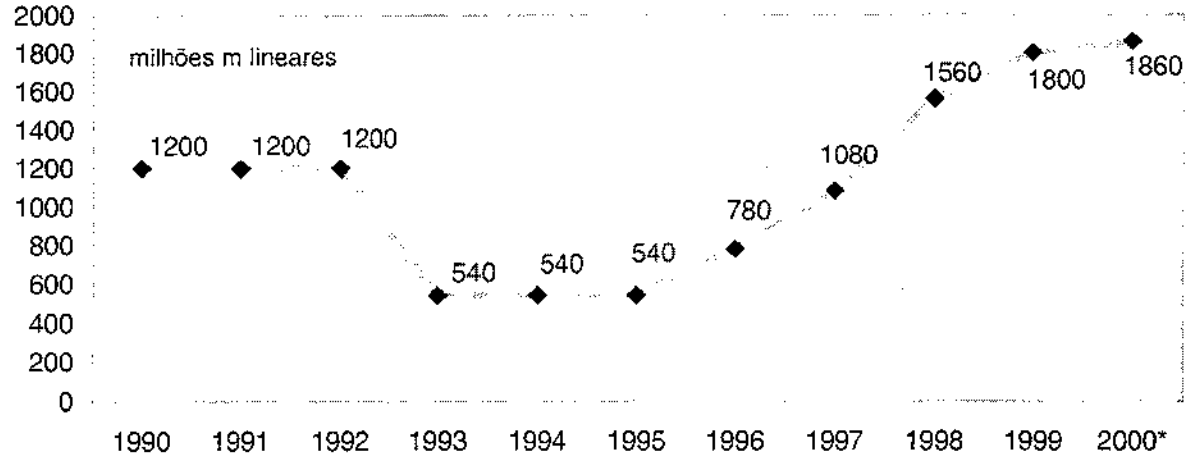
1.3.5. Recuperação da Indústria Têxtil de Americana

Segundo se depreende do gráfico 01, abaixo, começa a haver uma visível recuperação da produção têxtil a partir de 1996, depois do período de maior intensidade da crise no setor. Tal recuperação deve-se a pelo menos dois fatores: 1) à reestruturação das empresas — investimentos em maquinário de alta tecnologia e redução de gastos através da implementação de novas políticas de gestão administrativa —, dando ênfase à qualidade e à produtividade, adaptando-se assim ao novo perfil do mercado; e 2) à volta de políticas restritivas à importação de produtos têxteis, ainda que longe dos patamares de protecionismo anteriores a 1990.[18]

[18] As medidas adotadas nos últimos anos, segundo o Sinditec, foram:
"01) **Portaria nº. 201, de 10.08.95**, do Ministro da Fazenda, Sr. Pedro Sampaio Malan, elevando as alíquotas do Imposto de Importação para Tecidos, de 18% (dezoito por cento) para 70% (setenta por cento). Essa Portaria vigorou até o dia 27.04.96. Atualmente as alíquotas de importação de tecidos voltaram a ser fixadas em 18% (dezoito por cento).

Gráfico 01

Evolução da Produção de Tecidos Planos Artificiais e Sintéticos em Americana e Região, 1990 a 2000



Fonte: SINDITEC - Sindicato das Indústrias de Tecelagens de Americana, Nova Odessa, Santa Bárbara e Sumaré. 2000*: Previsão.

É importante salientar que a recuperação passa também por outros fatores, dentre os quais se destacam os seguintes:

Busca de novos nichos de mercado: Uma das estratégias mais bem sucedidas nas empresas têxteis da região tem sido a busca de novos nichos de

---

02) Portaria Interministerial nº.7, de 22.05.96, do Ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo, Sr. Francisco Dornelles e pelo Ministro da Fazenda, Sr. Pedro Sampaio Malan. Essa Portaria estabeleceu COTAS para a importação de tecidos asiáticos, que passou a vigorar a partir de 01.06.96 e teve vigência até 31.12.1999.

03) Medida Provisória nº. 1.569, de 25.03.97, assinada pelo Presidente da República, Sr. Fernando Henrique Cardoso, determinando que qualquer mercadoria comprada no exterior após o dia 31.03.97, o embarque dessa mercadoria somente será autorizado, após o pagamento imediato do valor importado, mediante o fechamento do contrato de câmbio. Essa medida provisória visava conter o déficit acumulado da nossa Balança Comercial, que no período de junho/96 à março/97, atingiu a cifra de US$ 7 bilhões de dólares.

04) Portaria Interministerial nº. 7, de 12.06.97, do Ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo, Sr. Francisco Dornelles e do Ministro da Fazenda, Sr. Pedro Sampaio Malan. Essa Portaria estabeleceu COTAS para a importação de vestuário procedente da República Popular da China, que passou a vigorar a partir de 01.07.97 e teve vigência até 31.12.1999."

mercado. De acordo com um executivo de uma grande empresa local, a Polienka, "para concorrer com os importados, o produtor nacional deve especializar-se seguindo dois caminhos: a expansão da produção para obter economia de escala e a busca de nichos que não despertem o interesse dos asiáticos". Esta empresa, desde 1993, passou a atuar no segmento têxtil para a indústria automobilística, em expansão, e que exige maior qualidade de fios, em detrimento dos segmentos de vestuário e decoração para o lar. Estes segmentos em 1997 equivaliam respectivamente a apenas 30% e 35% do seu faturamento.

Outra empresa, a Tecelagem Jacyra Ltda (que era a quinta maior tecelagem do país, segundo a revista *Balanço Anual* de 1996), para se recuperar da crise, além de investir na modernização de metade da fábrica com máquinas de última geração importadas do Japão, utilizou também como estratégias de recuperação a redução do desperdício de matéria-prima, o corte de 50% da mão-de-obra que deixou de ser necessária, a redução dos preços dos tecidos e, muito importante, a aposta em novos nichos de mercado. A empresa, que antes destinava sua produção basicamente para a linha esportiva, em 1997 passou a ter 50% do seu faturamento proveniente do mercado de peças de vestuário feminino.

Conquista de mercados externos: A indústria têxtil nacional conseguiu uma considerável recuperação nas exportações, tendo em vista que os preços dos tecidos passaram a ser mais competitivos no mercado internacional com a mudança do regime cambial brasileiro em janeiro de 1999 e a posterior depreciação da moeda nacional frente ao dólar. Devemos considerar, também, que o mercado interno passou a consumir mais tecido nacional em função dessa

mesma depreciação cambial, fazendo com que o tecido importado ficasse mais caro em relação ao nacional, inibindo dessa forma os grandes atacadistas de importarem em larga escala.

Em Americana, que sempre teve suas vendas baseadas no mercado interno, observa-se um substantivo aumento das exportações a partir de 1999, conforme se depreende da tabela 04, abaixo apresentada:

Tabela 04

Destino da Produção Têxtil Brasileira:
Mercado Interno e Externo

Ano	Mercado interno	Mercado externo
1990 a 1993	90%	10%
1994 a 1996	97%	3%
1997	95%	5%
1998	90%	10%
1999	82%	18%
2000 (Set.)	70%	30%

Fonte: Sinditextil, 2000.

Como mostrado acima, tal aumento deve-se também ao fato de as empresas que sobreviveram à crise terem se tornado mais competitivas, tanto no mercado interno como no externo. Segundo declaração do presidente do Sinditec, atualmente a produtividade está 20% maior do que nos anos 90, graças aos grandes investimentos em modernização, que, por sua vez, conferiram à indústria de Americana competitividade internacional.

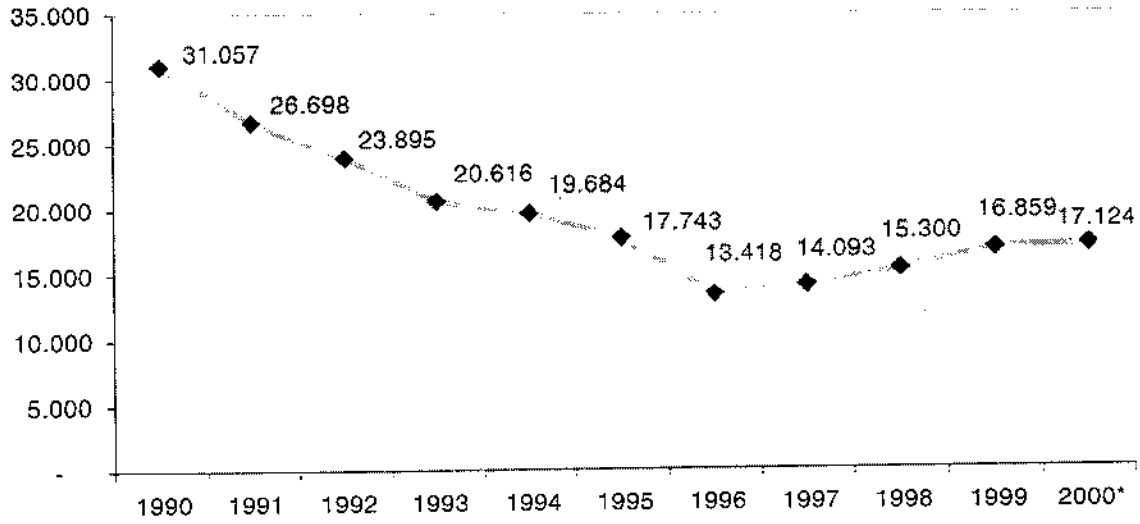
Ainda assim, mesmo com a recuperação do pólo têxtil de Americana e região ocorrida no final dos anos 1990, o Sinditec estima que a capacidade instalada esteja em torno de 70% daquela observada no início da década, ou seja, com uma ociosidade que gira em torno de 30%.

Evolução do emprego: Mais grave ainda, contudo, é que a recuperação observada não se reflete na recuperação dos postos de trabalho, uma vez que

as transformações tecnológicas e organizacionais, pelas quais a indústria passou, permitem uma maior produtividade e, por conseguinte, dispensam mão-de-obra. Em entrevista,[19] um pequeno empresário da indústria têxtil de Americana declarou que a sua empresa funcionava com 52 pessoas na área de produção e que, depois de ser modernizada tecnologicamente, reduziu o seu quadro de funcionários para apenas três, sem reduzir a sua produção. Desta maneira, embora os números da segunda metade da década de 1990 indiquem um aumento da produção, a mão-de-obra empregada reduziu-se drasticamente, conforme podemos observar nos dados divulgados pelo SINDITEC e expostos no gráfico 02:

Gráfico 02

Evolução dos Empregos Efetivos nas Empresas de Tecidos Planos Artificiais e Sintéticos em Americana e Região, 1990 a 2000.



Fonte: SINDITEC - Sindicato das indústrias de Tecelagens de Americana, Nova Odessa, Santa Bárbara e Sumaré. * Previsão

[19] Trata-se de uma entrevista informal, realizada por mim em outubro de 1995.

Embora notemos uma pequena recuperação no nível de emprego a partir de 1996, os dados indicam que no ano de 2000 a indústria estava empregando apenas 55% do contingente que empregava em 1990, mesmo que em 2000 estivesse produzindo 55% a mais em relação ao ano de 1990. Esses números indicam os grandes ganhos de produtividade obtidos pelas empresas ao longo dos últimos dez anos. Eles poderiam ser ainda mais significativos caso a indústria têxtil dessa região estivesse produzindo com capacidade total, o que não ocorre e nem se vislumbra para curto prazo.

Os dados apresentados aqui são fortes indícios de que a indústria têxtil não voltará a gerar tantos postos de trabalho quanto os que gerava no final dos anos 1980. Eles nos permitem uma avaliação de que o desemprego constatado na cidade é um problema estrutural, na medida em que, mesmo com o crescimento econômico, ele ainda persiste.[20]

Em 1997, em depoimento ao jornal *Gazeta Mercantil*, o então presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Fiação e Tecelagem de Americana declarou que o prejuízo da crise do setor aos trabalhadores, além do enorme fechamento de postos de trabalho, foi a perda do registro profissional de 20% dos empregados restantes no setor.

Em decorrência disso e do fato de que uma parcela dos trabalhadores antes empregados no setor têxtil migraram para atividades nos setores de comércio e de serviços, tradicionalmente setores que estabelecem relações

---

[20] O detalhamento acerca deste conceito é feito no capítulo 3.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

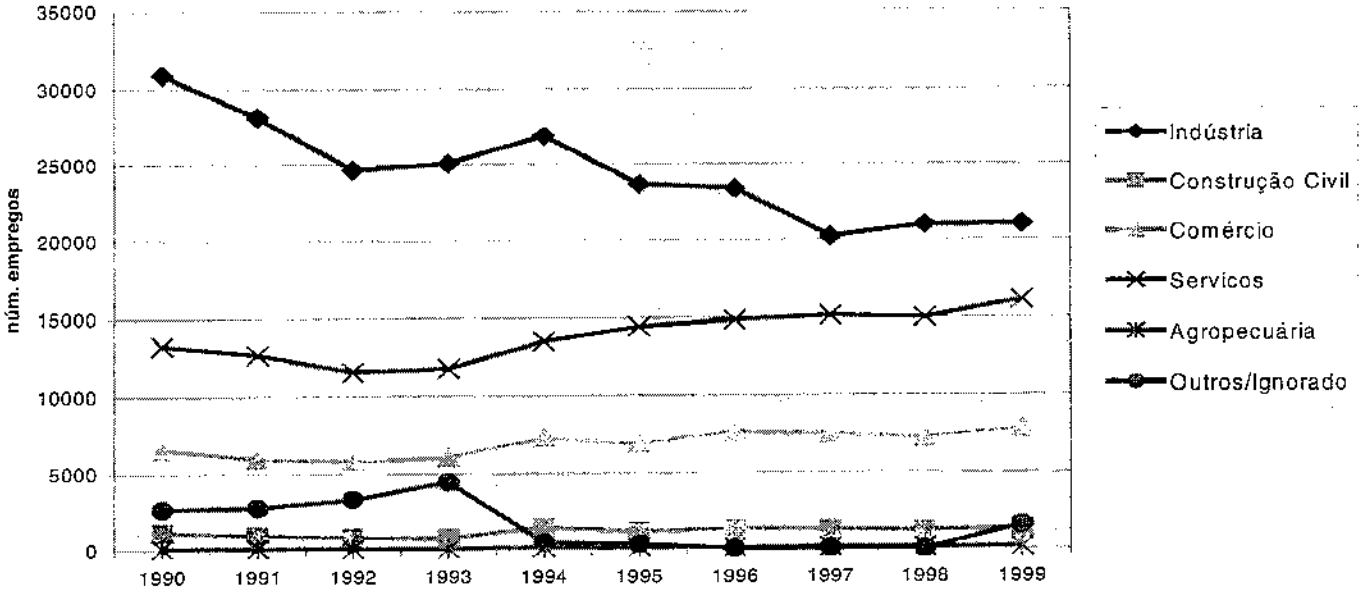
mais fluidas e com maior grau de informalidade, cresceu nos últimos anos em Americana o número de trabalhadores sem registro.

A tabela 05 apresenta o número de empregos formais na cidade de Americana entre os anos de 1990 a 1999. Como podemos observar, ao longo do período houve uma redução de 6.709 postos de trabalho formal. No mesmo período a população de Americana cresceu de 150.249 para 178.895 habitantes. Ou seja, crescente contingente da força de trabalho local deve ter sido empregado em condições de informalidade, o que denota, além de uma alteração nas condições diretamente relacionadas ao mercado de trabalho, uma mudança no próprio perfil econômico da cidade.

A tabela 05 e o gráfico 03 indicam como é declinante a participação do setor industrial na geração de empregos formais em Americana. Entre 1990 e 1999, o setor teve uma redução de quase 13 pontos percentuais na sua participação na geração de empregos. Em contrapartida, elevaram-se as participações dos setores comércio e serviços, respectivamente 4,4 e 9,3 pontos percentuais. Em valores absolutas isso significou uma perda de 9.930 postos formais de trabalho no setor industrial. Por outro lado, ocorreu um ganho de 1.301 postos no setor de comércio e de 2.827 no de serviços, insuficiente, portanto, para compensar as perdas observadas no setor industrial.

Gráfico 03

Evolução da composição do emprego por grandes setores IBGE Americana, 1990 a 1999



Fonte: Elaboração própria a partir de RAIS/MTE/Codefat/Datamec.

Tabela 05

Evolução da Composição de Emprego por Grandes Setores Produtivos (classificação IBGE) de Americana: 1990-1999

Em %

Grades setores	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Indústria	56,7	55,7	53,4	52,2	54,1	50,8	49,4	45,7	47,1	43,9
Construção civil	2,1	1,9	1,8	1,6	2,9	2,6	2,8	2,9	2,7	2,8
Comércio	12,0	11,8	12,5	12,6	14,7	14,8	16,2	17,0	16,2	16,4
Serviços	24,2	25,0	25,0	24,3	27,1	30,9	31,3	34,1	33,6	33,5
Agropecuária	0,1	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3
Outros/Ignorado	4,9	5,5	7,2	9,2	0,9	0,7	0,1	0,0	0,0	3,2
Total	**54.569**	**50.567**	**46.159**	**48.152**	**49.729**	**46.564**	**47.297**	**44.224**	**44.478**	**47.860**

Fonte: Elaboração própria a partir de RAIS/MTE/Codefat/Datamec

Vale lembrar que o avanço do setor de serviços na geração de postos de trabalho não é um fenômeno que se observa exclusivamente na cidade de

Americana, mas sim em quase todo o país. Trata-se mesmo de um fenômeno mundial. Mas é preciso lembrar também que o setor de serviços é heterogêneo

Na tabela 06, verificamos que no subsetor têxtil ocorreu a maior perda de postos formais de trabalho. Entre 1990 e 1999, em termos percentuais a redução foi de 18,6 pontos, mas em termos absolutos os valores são ainda mais significativos, pois foram fechados 11.827 postos de trabalho formal no setor, o que representa quase a totalidade de emprego formal do setor em 1999 (11.965 postos).

Da mesma forma, percebe-se que o setor têxtil foi o grande responsável pela perda de empregos formais verificada no setor industrial. De fato, se desconsiderarmos do setor industrial o subsetor têxtil, podemos observar que ele criou, entre 1990 e 1999, 1.897 postos de emprego formal. Portanto, o péssimo desempenho da indústria de Americana na geração de empregos formais deve-se majoritariamente ao desempenho do seu subsetor têxtil. Isso é mais um relevante indício do processo de reestruturação pelo qual passou a indústria têxtil de Americana nos últimos anos.

Tabela 06

Evolução da Composição do Emprego

Por Subsetores (classificação IBGE) Americana, 1990-1999 Em %

Subsetores	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Extr mineral	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,2	0,1
Min não met	0,1	0,3	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1
Ind metalurg	5,1	4,5	4,3	4,2	4,8	4,8	4,5	5,1	3,9	5,5
Mad e mobil	0,4	0,5	0,4	0,4	0,4	0,4	0,3	0,4	0,4	0,7
Papel e graf	0,3	0,3	0,3	0,3	0,5	0,7	1,0	1,5	1,3	1,2
Bor fum cour	5,2	5,4	5,6	5,6	5,4	5,8	5,6	1,5	6,4	4,7
Ind Quimica	0,7	1,2	7,2	6,8	1,5	2,0	1,7	1,4	1,3	4,0
Ind textil	43,6	42,1	33,9	33,3	39,8	34,7	34,5	33,5	31,2	25,0
Ind calcados	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Alim e beb	0,2	0,2	0,2	0,2	0,5	1,1	0,6	0,9	1,1	1,5
Ser util pub *	1,0	1,0	1,1	1,1	1,0	1,2	1,1	1,3	1,2	1,1
Constr civil	2,1	1,9	1,8	1,6	2,9	2,6	2,8	2,9	2,7	2,8
Com varej *	9,7	9,5	10,2	10,1	11,9	12,2	12,9	13,4	13,5	13,5
Com atacad *	2,3	2,2	2,3	2,5	2,8	2,6	3,3	3,6	2,7	2,9
Inst financ *	1,9	1,8	1,9	1,8	1,9	1,7	1,8	1,6	1,5	1,3
Adm tec prof *	7,0	6,0	5,9	6,1	6,4	6,8	6,5	8,8	7,4	8,6
Tran e comum *	3,3	3,8	3,0	2,7	4,4	5,0	5,2	4,9	4,9	4,8
Aloj comunic *	6,9	5,4	4,8	4,6	3,8	4,3	4,1	4,5	5,5	5,2
Med odon vet *	0,9	2,7	3,7	3,8	3,9	4,6	4,9	5,3	5,5	5,0
Ensino *	0,3	0,4	0,3	0,3	1,0	2,0	2,1	2,2	2,2	2,0
Adm publica *	3,9	4,9	5,3	5,1	5,6	6,4	6,7	6,8	6,6	6,7
Agricultura	0,1	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3
Outr/ign	4,9	5,5	7,2	9,2	0,9	0,7	0,1	0,0	0,0	3,2
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Total de Postos de Trabalho	**54.569**	**50.567**	**46.159**	**48.152**	**49.729**	**46.564**	**47.297**	**44.224**	**44.478**	**47.860**

Fonte: Elaboração própria a partir de RAIS/MTE/Codefat/Datamec.

* segmentos correspondentes aos setores de serviço e comércio

Uma redução dessa magnitude nos postos formais de emprego em um único setor de atividade, em uma cidade com pouco menos de 180 mil habitantes, certamente teve efeitos sociais e econômicos importantes e afetou toda a dinâmica da cidade. Afinal, para parcela significativa da população tal fenômeno deve ter representado uma mudança na forma de inserção no mercado de trabalho e, portanto, nas condições sociais e econômicas de obtenção da renda necessária ao sustento familiar. Diversos trabalhadores que ao longo de anos adquiriram qualificações e experiências de trabalho voltadas para o setor têxtil viram, em um curto espaço de tempo — isto é, entre 1992 e 1996/97 —, essas mesmas qualificações e experiências acumuladas deixarem de ser demandadas e, assim, perderem valor social e econômico. Dessa forma, o reingresso desses trabalhadores no mercado de trabalho não deve ter sido dos processos mais fáceis, se é que houve de fato o reingresso.

1.3.6. Algumas Considerações

Conforme veremos no segundo capítulo, os trabalhadores desligados da indústria têxtil de Americana encontram muita dificuldade para se reinserir no mercado de trabalho, sobretudo por dois motivos: 1) o emprego e a economia em Americana são, em grande medida, dependentes do setor têxtil; e 2) além disso, a reestruturação produtiva com eliminação de postos de trabalho atingiu praticamente todos os setores industriais, bem como o setor terciário. Embora, como mostramos nas tabelas 5 e 6, eles tenham apresentado variação positiva na geração de empregos formais entre 1990 e 1999, esse aumento ficou abaixo do crescimento populacional da cidade verificado no mesmo período.

Fica então a indagação: afinal, para onde estão indo as pessoas afastadas da indústria têxtil? Nossa hipótese é que está havendo uma expansão das ocupações que carecem de proteções legais, com seguros e benefícios; com contrato temporário ou sem contrato; mal remuneradas; informais; e de outras formas de trabalhos mais instáveis, com acentuados níveis de insegurança e com precárias perspectivas profissionais.

Por ora, detivemo-nos no estudo das transformações tecnológicas e organizacionais ocorridas no mundo do trabalho, das transformações que se relacionam à liberalização comercial do mercado nacional às economias estrangeiras, e no estudo de como tais transformações afetaram o comportamento das trajetórias da indústria têxtil de Americana e ainda de como influenciaram o comportamento do mercado de trabalho na cidade.

Uma vez estabelecido o objeto de nosso estudo, importa-nos, no próximo capítulo, analisar quais foram as trajetórias ocupacionais dos trabalhadores desligados da indústria têxtil da cidade de Americana e como elas se caracterizam. Tal estudo remete-nos à análise do banco de dados RAISMIGRA, o qual nos oferece elementos para considerações mais detidas do objeto em questão.

CAPÍTULO 2: Caracterização dos desligados da indústria têxtil de Americana a partir do banco de dados RAISMIGRA

Neste capítulo, inicialmente, apresentaremos uma breve análise do panorama do conjunto dos trabalhadores desligados no período de 1989 a 1993. O intuito é permitir que o leitor tenha uma noção aproximada de algumas abordagens que podem ser desenvolvidas a partir do banco de dados RAISMIGRA - instrumental analítico poderoso e ainda relativamente desconhecido no Brasil.

2.1 Panorama do conjunto dos trabalhadores desligados no período de 1989 a 1993

Nesta seção, examinaremos o mercado de trabalho de Americana a partir de um enfoque técnico, pautado pela análise de algumas variáveis da RAISMIGRA para *os* desligados da indústria têxtil. Tais variáveis, conhecidas no meio dos que trabalham com a RAISMIGRA como *variáveis de resumo,* são levantadas para os cinco anos base de desligamentos de trabalhadores (1989, 1990, 1991, 1992 e 1993) e acompanhadas até o ano de 1995. As variáveis, todas referentes ao período total da trajetória dos desligados, são as seguintes: a) quantidade de meses que o trabalhador permaneceu desempregado; b) quantidade de meses que o trabalhador permaneceu empregado; c) quantidade de desligamentos; d) quantidade de admissões e)

quantidade de trocas de municípios[1]. Além desses dados, outros são inseridos na medida em que se considera necessário.

Os dados da tabela 1 nos oferecem subsídios que permitem efetuar uma série de análises e de constatações sobre o conjunto dos desligados da Indústria Têxtil de Americana no período considerado.

[1] Esta variável se refere à quantidade de municípios diferentes em que o tabalhador exerceu atividade registrada no percurso da sua trajetória.

Tabela 1 — Evolução das médias das variáveis de resumo das trajetórias dos desempregados da Indústria Têxtil acompanhadas até o ano de 1995
Americana, 1989-1993

	1989		*1990*		*1991*		*1992*		*1993*	
Variáveis de resumo	valor bruto da trajetória	Média anual	Valor bruto Da trajetória	Média anual	Valor bruto da trajetória	Média anual	Valor bruto da trajetória	Média anual	valor bruto da trajetória	Média anual
qt meses de desemprego	45,10	6,44	40,38	6,73	35,69	7,14	32,59	8,15	23,77	7,92
qt meses de emprego	36,88	5,27	30,02	5,00	23,25	4,65	14,88	3,72	11,30	3,77
quantidade desligamentos	1,93	0,28	1,56	0,26	1,11	0,22	0,60	0,15	0,57	0,19
quantidade de municípios	0,88	0,13	0,73	0,12	0,57	0,11	0,32	0,08	0,30	0,10
quantidade de admissões	2,32	0,33	1,95	0,33	1,50	0,30	0,99	0,25	0,95	0,32

Fonte: Tabulação própria, a partir de RAISMIGRA/MTb.

Antes de iniciar, de fato, a análise da tabela 1, cabe apresentarmos algumas explicações a fim de facilitar o seu entendimento. O maior período analisado nesta tabela é entre 1989 a 1995, ou seja, 84 meses. Assim, acompanhamos os trabalhadores desligados no ano de 1989 por até 84 meses (o que ocorre se o trabalhador foi desligado em janeiro de 1989), os desligados em 1990 por até 72 meses, chegando aos desligados em 1993, os quais acompanhamos por até 36 meses. Por exemplo, quando apontamos na tabela 1 o valor de 45,1 de quantidade de meses de desemprego para os trabalhadores desligados em 1989, estamos indicando que, na média, tais trabalhadores ficaram 45,1 meses desempregados entre o período que vai de 1989 a 1995; que eles tiveram, em média, 1,93 desligamentos e 2,32 novas admissões nesse mesmo período.

No que se refere à variável *quantidade de meses de desemprego*, um dos fatos verificados é que as pessoas que ficaram mais tempo desempregadas, relativizando aqui a duração das suas trajetórias, foram as que perderam os seus empregos nos anos mais recentes deste painel, 1992 e 1993, ao passo que as menores médias de tempo de desemprego por ano foram atribuídas aos que perderam seus empregos nos primeiros anos deste mesmo painel, respectivamente 1989 e 1990. A diferença entre a maior (8,15 em 1992) e a menor média (6,44 em 1989) é de 1,71 mês a mais por ano sem vínculo empregatício.

Uma das prováveis causas que explicam essa tendência é o fato de que o quadro do desemprego foi se agravando no decorrer dos anos desta década. Sendo assim, provavelmente, as pessoas que ficaram desempregadas nos anos de 1989 e 1990 encontraram menores dificuldades para se reinserir no mercado formal de trabalho do que as que foram colocadas em situação de

desemprego pela primeira vez nos anos seguintes deste período, de 1989 a 1993. Isto pode ser explicado, dado que nestes anos os estoques de desempregados foram se acumulando na proporção em que os novos postos de trabalho criados não foram suficientes para compensar a proporção dos extintos ano a ano. Este fato deve ser levado em consideração, pois, quando observamos o panorama da situação dos trabalhadores da Indústria Têxtil de Americana, constatamos que ele foi se agravando no decorrer desta década sem que, em nenhum momento, este movimento fosse revertido significativamente.

É preciso entender que mesmo que algumas indústrias tenham se recuperado em algum momento da crise no setor têxtil de Americana, isso não trouxe como conseqüência a reversão da tendência de desemprego generalizado na cidade, até porque muitas delas conseguiram se manter à custa de reestruturações tecnológicas e organizacionais que envolveram necessariamente um enxugamento de grandes proporções nos quadros de funcionários. Este é o caso das empresas de maior porte[2], e é também o caso de muitas pequenas empresas[3].

---

[2] Um bom exemplo é a Tecelagem Jacyra Ltda. — quinta maior tecelagem do país, segundo a *Revista Balanço Anual* de 1996. A empresa passou por momentos críticos, segundo declaração do seu diretor ao jornal *Gazeta Mercantil* (08/07/1997). A empresa decidiu investir pesado em teares de última geração, importados do Japão, e estava em franca recuperação em 1997. Em 3 anos, a empresa já havia reduzido 50% da sua mão-de-obra, conservando apenas 460 funcionários em 1997. Em 1998 o número de funcionários havia caído para 300. Um outro bom exemplo é a Indústria Têxtil Dahruj S/A, que, de 11.443 funcionários empregados em 1990, retraiu este número para 2.159 em julho de 1998.

[3] Um pequeno empresário que entrevistamos relatou que sua empresa atravessou e sobreviveu aos piores momentos da crise adotando a estratégia de investir em teares de última geração, a partir de 1996, e mudando o foco da sua produção — por 35 anos a empresa produziu nylon para guarda-chuvas e teve que deixar de fazê-lo depois da invasão dos tecidos asiáticos, principalmente dos provenientes de Taiwan. Hoje a empresa está bem, recuperando os bons índices de produção; entretanto, não tem planos de voltar a contratar e sim de comprar mais

Permitiu-se, desta forma, que o sentido do movimento do mercado de trabalho apontasse, e continue apontando, predominantemente na direção do aumento constante das taxas de desemprego.

O mais grave é que mesmo a menor média de *quantidade de meses de desemprego* dos anos do período abarcado aqui significou que o trabalhador afetado ficou fora do sistema, sem nenhum vínculo empregatício, em média mais de 50% de toda sua trajetória. É o caso das pessoas que ficaram desempregadas em 1989. Estas, em uma trajetória de 84 meses, permaneceram, em média, 45,1 meses (perto de 4 anos, ou ainda 53,7% da trajetória) excluídas do mercado formal de trabalho. Porém, quando consideramos os desempregados no ano de 1992, a quem foram atribuídas as maiores médias relativas de tempo em situação de desemprego, o problema é ainda mais acentuado. Eles ficaram, em média, 32,6 meses desempregados em uma trajetória de apenas 48 meses, o que corresponde a aproximadamente 70% da trajetória destas pessoas.

Identificamos, ao examinar os dados acima, uma tendência de aumento progressivo das referidas taxas. Ou seja, quanto mais recente é a situação de desemprego do indivíduo, maiores as suas dificuldades para se inserir novamente no mercado de trabalho, o que nos leva a concluir que aumentam as restrições para que elas voltem a obter um emprego formal — já que, na seqüência dos anos estudados, observamos a média de tempo em desemprego aumenta progressivamente (com exceção apenas de uma tênue diminuição em

---

teares modernos. Em 1985, a empresa chegava a empregar 100 funcionários, em 1994, no auge da crise, empregava 39, e em 1998 empregava 12 funcionários, sendo apenas 7 na produção.

1993 com relação a 1992 — de 0,23 mês ao ano, muito pouco para falarmos em reversão da tendência apresentada até então).

É possível afirmar que a indústria vem perdendo sua importância no que diz respeito à geração de emprego e à absorção da mão de obra, abrindo espaço para os serviços, comércio, trabalho informal e temporário de toda ordem.

Talvez não seja possível afirmar, e acreditamos que não mesmo, que o declínio industrial seja irreversível - ou improvável de ser revertido-, mas não consideramos arriscado afirmar, e tranqüilamente, que o emprego industrial não voltará a empregar nos mesmos patamares registrados no fim dos anos 80 e mesmo início dos 90. Ao contrário, mesmo que por vezes as taxas de emprego industrial aumentem timidamente, a tendência no longo prazo é que elas continuem caindo.

A análise para a variável *quantidade de meses de emprego* funciona de forma análoga à da *quantidade de meses de desemprego*. Assim, constatamos que as pessoas que ficaram mais tempo empregadas, relativamente à duração das suas trajetórias, foram as que perderam os seus empregos nos primeiros anos deste mesmo painel, respectivamente 1989 e 1990, ao passo que as menores médias de tempo de emprego por ano foram atribuídas aos que perderam seus empregos nos anos mais recentes deste painel, 1992 e 1993. A diferença entre a maior (5,3 meses em 1989) e a menor média (3,7 em 1992) é de 1,55 mês a mais por ano com vínculo empregatício.

Ainda na tabela 1, ao examinarmos a variável *quantidade de admissões*, percebemos que as maiores médias de admissões durante a trajetória, sempre relativizando a duração desta, ocorreram para os que ficaram desempregados nos primeiros anos do painel. Entretanto, se há maiores médias de admissões,

há também maiores médias de desligamentos para estas pessoas, permitindo-nos concluir que uma grande parcela dos que obtiveram novos vínculos de emprego formal os mantiveram apenas por curtos períodos.

Na realidade, quanto menor a trajetória observada, existe uma tendência de aumento da possibilidade de não haver nenhum desligamento. Isto pode ocorrer tanto porque, para os que obtiveram emprego, são menores as possibilidades de desligamentos devido ao fato de o período ser menor para que eles ocorram, como porque aumentam as dificuldades para que uma pessoa desligada consiga obter alguma nova ocupação, já que o tempo de procura também é menor, de forma que uma pessoa não pode ser desligada de algo que não obteve.

Tabela 2 - Distribuição dos desligados da Indústria Têxtil de Americana Segundo a Quantidade de admissões obtidas por eles Desligados de 1990 a 1993, acompanhados até 1995

Anos-base	Nenhuma	1 ou 2	3 ou 4	5 ou mais	total
1990	19,9	49	23,4	7,7	100
1991	25,7	54,1	17,2	3	100
1992	40,3	50,3	8,5	0,9	100
1993	37,8	55,2	6,8	0,2	100

Fonte: Tabulação própria, a partir de RAISMIGRA/MTb.

Tabela 3 - Distribuição dos desligados da Indústria Têxtil de Americana Segundo a Quantidade de desligamentos sofridos por eles Desligados de 1990 a 1993, acompanhados até 1995

Anos-base	Nenhum	1 ou 2	3 ou 4	5 ou mais	total
1990	29	48,1	17,8	5,1	100
1991	39,1	48,3	11,2	1,4	100
1992	61,7	33,6	4,4	0,3	100
1993	58,1	39,1	2,6	0,2	100

Fonte: Tabulação própria, a partir de RAISMIGRA/MTb.

Explorando as informações das tabelas 2 e 3, podemos, ainda, descobrir o índice dos que obtiveram um determinado vínculo empregatício e chegaram ao final do último ano de acompanhamento das suas trajetórias, 1995, com o mesmo vínculo. O cálculo pode ser feito da seguinte maneira: no caso dos que ficaram desempregados em 1990, a porcentagem dos que não tiveram nenhuma admissão no período de 1990 a 1995 foi de 19,9%. Isto significa que pelo menos esta mesma porcentagem de pessoas não teve nenhum desligamento neste mesmo período. Porém, dado que o índice dos que não tiveram nenhum desligamento foi de 29%, e o dos que não tiveram nenhuma admissão pela trajetória foi de 19,9%, então podemos concluir, a partir da diferença entre esses dois índices, que cerca de 9,1% dos trabalhadores foram admitidos em algum momento das suas trajetórias, e permaneceram no mesmo vínculo até o fim das mesmas. Seguindo o mesmo raciocínio, com relação aos desligados em 1991, o percentual dos readmitidos em alguma atividade formal que ainda possuíam o mesmo emprego no final do acompanhamento de suas trajetórias aumenta para 13,4%. Em 1992, esse percentual sobe para 21,4%, e em 1993 para 20,3%.

O que percebemos é que aos trabalhadores com menores trajetórias (portanto os desligados nos anos mais recentes dos aqui considerados) correspondem os maiores índices dos que obtiveram um determinado vínculo formal e permaneceram com ele ao final da trajetória (no nosso caso o final do ano de 1995). Isso nos faz acreditar na possibilidade de que estes índices baixem na medida em que as trajetórias se tornem maiores. Contudo, os dados não nos permitem dizer se no final da trajetória estas pessoas estavam há muito ou há pouco tempo empregadas, já que elas podem tanto ter sido admitidas no começo como no final desta trajetória.

No entanto, é incontestável o fato de que para todos os anos estudados é alto o índice das pessoas que não voltaram a obter sequer uma admissão por toda sua trajetória. Com relação ao conjunto de desligados da Indústria Têxtil em 1990, como já apontamos antes, este índice foi de 19,9% - o menor dos índices de 1990 a 1993 -, de maneira que 2.380 das 11.958 pessoas que ficaram desempregadas neste ano não voltaram a obter nenhum emprego formal por todo o período analisado; ou seja, permaneceram fora do sistema por pelo menos seis anos. Já em 1991, 25,7% não retornaram ao mercado formal de trabalho em nenhum momento até o final de 1995, quando finda o período acompanhado. Este índice corresponde a 2.733 pessoas que ficaram sem vínculo empregatício durante, no mínimo, os cinco anos em que tiveram as suas trajetórias ocupacionais junto ao mercado de trabalho observadas. Em 1992, o índice atingido é ainda maior: 40,3% dos 9.759 que ficaram desempregados não tiveram nenhuma admissão no decorrer de suas trajetórias, ou seja, os 3.933 desempregados equivalentes permaneceram sem emprego pelos quatro anos em que foram acompanhados. Finalmente, para 1993, o índice desta variável foi de 37,8%, pouco inferior ao do ano anterior, de modo que 2.152 trabalhadores permaneceram por pelo menos três anos sem conseguir obter sequer um vínculo no mercado de trabalho formal.

Esses dados nos informam sobre os trabalhadores completamente excluídos do mercado formal de trabalho, visto que todos estavam há longo tempo, de 6 a 3 anos no mínimo, desligados deste. Como a tendência geral é de que quanto mais tempo fora do mercado de trabalho, maiores se tornam as dificuldades para se conseguir novamente registro em carteira, então, principalmente para essas pessoas que ficaram muito tempo afastadas do mercado formal de trabalho, a tendência é de que, em sua maioria, permaneçam

no mercado informal ou sem atividade remunerada. Consideramos que se trata de uma tendência com conseqüências muito graves ao trabalhador. Exercer uma ocupação sem registro em carteira, muitas vezes pode significar trabalhar mais por menos e sem condições adequadas. Quando se trata de um país subdesenvolvido, como o Brasil, para muitos, ainda, permanecer fora do mercado formal de trabalho, mesmo que exercendo uma ocupação, significa não ter acesso à previdência e estar excluído de uma série de direitos sociais e trabalhistas, ainda mais quando nos referimos às pessoas mais carentes, o caso de grande parte dos trabalhadores da Indústria Têxtil de Americana (vide dados sobre renda).

Voltando às tabelas 2 e 3, no ano de 1990, 49% dos desligados da indústria têxtil tiveram uma ou duas admissões, enquanto 23,4% tiveram três ou quatro, e 7,7% tiveram cinco ou mais vínculos, num período de 6 anos. Com relação aos desligados em 1991, 54,1% tiveram uma ou duas reinserções no mercado de trabalho durante a sua trajetória, 17,2% se reinseriram novamente três ou quatro vezes, e 3% experimentaram cinco ou mais novos vínculos em 5 anos de trajetória. Para os desempregados em 1992, os índices são de 50,3% para quem teve de um ou dois vínculos, 8,5% para os que tiveram três ou quatro vínculos e 0,9% para os que passaram por cinco ou mais vínculos durante a trajetória de 1992 a 1995. Por fim, dos desempregados de 1993, 55,2% voltaram a ter um ou dois novos empregos, enquanto que 6,9% voltaram a ter três ou quatro e apenas 0,1% passou por cinco ou mais empregos.

A menor média de vínculos averiguada para os anos mais recentes ocorre por se tratar de um período mais curto de análise. Mas também é necessário salientar, aliás como já observado antes, que para os desempregados nos anos

mais recentes há uma tendência de aumento das taxas dos que não voltam mais a obter emprego, pelo menos no decorrer do período compreendido.

Com relação a esses dados é preciso entender, também, que quanto maior o número de vínculos, maior o de desligamentos, sendo, desse modo, maior a rotatividade dos trabalhadores pelo mercado de trabalho. Então, quem teve de um a dois empregos, foi desligado pelo menos uma vez. Os que passaram por três ou quatro empregos o perderam no mínimo duas ou três vezes, respectivamente. Já aqueles que conseguiram obter cinco ou mais vínculos pelo período da trajetória analisada, foram demitidos (ou desligados por outro motivo) no mínimo quatro vezes de seus empregos. Desta forma, os dados nos sugerem que há muita instabilidade no mercado de trabalho de Americana ou, no mínimo, que ela é muito presente para os trabalhadores dos quais estamos tratando.

Analisando ainda a tabela 1, com relação à variável *quantidade de troca de municípios*, ou seja, quantidade de municípios diferentes em que os desligados voltaram a ter algum registro de vínculo empregatício, aparentemente as médias apresentadas são baixas para todos os anos, sendo que elas foram diminuindo progressivamente no decorrer do período tratado.

Porém, apenas estes dados não nos permitem ter uma idéia de qual foi a dimensão real do deslocamento dos trabalhadores para outros municípios em função do desemprego na indústria têxtil de Americana. Mas isto é possível quando analisamos, por exemplo, ano a ano a trajetória do contingente de desempregados em 1990, equivalente a 11.958 pessoas.

Procedendo a esta análise, constatamos, a partir da tabela 4, que, no primeiro ano da trajetória, 1990, uma quantidade equivalente a 8,9% do contingente considerado teve que sair da cidade para poder trabalhar. Em

1991, este número salta para 17,5% do total e continua subindo nos anos seguintes, com exceção de 1994, em que houve uma pequena queda. Em 1995, chega a 20,2% a quantidade de pessoas que só conseguiram se empregar novamente fora de Americana - daquelas que haviam sido afastadas dos seus empregos no setor têxtil da cidade em 1990.

Tabela 4 — Acompanhamento dos trabalhadores desligados da Indústria Têxtil de Americana em 1990, segundo os principais municípios para os quais migraram e obtiveram um vínculo formal, de 1990 a 1995 (em %)

Municípios	*1990*	*1991*	*1992*	*1993*	*1994*	*1995*
Americana	34,7	46,5	38,4	38,5	36,1	37,9
Santa Bárbara	3,4	7	6,4	6,2	6	6,1
Nova Odessa	2,2	3,5	3,9	4,1	3,9	4,3
Outros municípios	3,3	7	8,2	8,9	8,7	9,8
Ignorado	56,4	36	43,1	42,3	45,3	41,9
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Tabulação própria, a partir de RAISMIGRA/MTb.

A fim de permitir uma melhor compreensão acerca dos cálculos que serão apresentados em seguida, teceremos algumas análises com fins explicativos.

Observamos na Tabela 4, que dos desligados em 1990, 56,4% não conseguiram reingressar no mercado formal de trabalho neste mesmo ano de 1990, o que implica dizer que apenas 43,6% deles conseguiram ser admitidos em alguma atividade formal no ano em questão, 1990, quando ocorreram os seus desligamentos. Forma-se, assim, um novo universo de análise representado, na sua totalidade, por esses 43,6% de desligados em 1990 que conseguiram reingressar no mercado formal ainda em 1990. Desse universo, a maior parte

79,6% (34,7 dividido por 43,6) encontrou ocupação em Americana, e a parcela restante em localidades fora dos limites deste município.

Findo este comentário, quando levamos em consideração os dados apresentados na tabela 4, conseguimos apreender com mais clareza o quanto é representativa a quantidade de pessoas que foram em busca de emprego, e o alcançaram, em outras cidades. Nossa hipótese é que esta tendência decorre da ausência generalizada de oportunidades de os moradores de Americana encontrá-lo na sua própria da cidade.

Em outros termos, esta parcela específica de trabalhadores migrantes representava, em 1990, 20,4% do total dos que estavam trabalhando, aumentando para 27,3%, 32,5%, 33,3%, 34,0% nos anos seguintes, chegando, em 1995, a cerca de 35% do conjunto dos desligados em 1990 que tinham vínculo formal. Desta maneira, a proporção das pessoas que estavam trabalhando fora de Americana em relação à totalidade das que conseguiram emprego foi aumentando progressivamente ano a ano, e se tornando cada vez mais significativa.

É possível que, se as trajetórias abrangessem os anos mais recentes, esses índices de trocas de municípios fossem maiores, dado o fato de que nos últimos anos algumas empresas de grande porte se instalaram na região, tal como a Honda em Sumaré em 1997. Mas, mesmo sem considerar os anos mais recentes, que não estão incluídos nas trajetórias estudadas aqui, a tendência para a maioria daqueles que se deslocam é de permanecer nos municípios vizinhos a Americana, principalmente nos de Santa Bárbara d'Oeste e Nova Odessa, como podemos observar nos dados da tabela 4.

Variáveis de resumo tendo como parâmetro o gênero

Com relação à quantidade de troca de municípios, constatamos a partir da tabela 5 que os homens têm o dobro de mobilidade do que as mulheres praticamente em todos os anos. Apenas em 1992 a diferença é um pouco menor. É provável que elas tenham menor mobilidade do que os homens por serem elas que, geralmente, ficam com a incumbência de cuidar da casa e da família. Tais incumbências geram maiores restrições que podem inviabilizar a possibilidade de a mulher viajar diariamente ou de passar a semana fora de casa, como ocorre com muitos homens que continuam morando em Americana, mesmo trabalhando em outras cidades.

Em geral, os dados apresentados pelas mulheres são mais desfavoráveis do que aqueles que dizem respeito aos homens. A elas pertencem as maiores médias de tempo de desemprego para todos os anos analisados e, em decorrência, as menores médias de quantidade de meses de emprego.

As mulheres do banco de dados de 1989, por exemplo, ficaram em média 14 meses a mais desempregadas do que os homens para a mesma trajetória percorrida. E o fato de a elas pertencerem as menores médias de desligamentos não significa que tenham maior estabilidade no emprego, tendo em vista que tiveram, em média, menos admissões.

Tabela 5 - Evolução das médias das variáveis de resumo das trajetórias dos desligados da Indústria Têxtil por gênero, Acompanhadas até o ano de 1995
Americana, 1989 a 1993

Variáveis de resumo	Gênero	*1989*		*1990*		*1991*		*1992*		*1993*	
		valor bruto da trajetória	Média Anual	Valor bruto da trajetória	Média anual	valor bruto da trajetória	Média anual	valor bruto da trajetória	média anual	valor bruto da trajetória	média anual
Quantidade de meses desemprego	Feminino	53,3	7,6	46,4	7,7	39,5	7,9	32,4	8,1	25,8	8,6
	Masculino	39,4	5,6	36,1	6,0	32,9	6,6	32,7	8,2	21,8	7,3
	Total	45,1	6,4	40,4	6,7	35,7	7,1	32,6	8,1	23,8	7,9
Quantidade de admissões	Feminino	1,8	0,3	1,5	0,3	1,2	0,2	1,0	0,2	0,8	0,3
	Masculino	2,7	0,4	2,2	0,4	1,7	0,3	1,0	0,3	1,1	0,4
	Total	2,3	0,3	2,0	0,3	1,5	0,3	1,0	0,2	1,0	0,3
Quantidade de meses emprego	Feminino	29,1	4,2	24,4	4,1	19,6	3,9	15,1	3,8	9,5	3,2
	Masculino	42,2	6,0	34,1	5,7	26,0	5,2	14,8	3,7	13,0	4,3
	Total	36,9	5,3	30,0	5,0	23,3	4,7	14,9	3,7	11,3	3,8
Tempo de vínculo	Feminino	-	-	20,9	3,5	22,8	4,6	30,2	7,5	22,5	7,5
	Masculino	-	-	23,3	3,9	30,2	6,0	46,8	11,7	31,1	10,4
	Total	-	-	22,3	3,7	27,0	5,4	40,6	10,2	26,9	9,0
Quantidade de troca de municípios	Feminino	0,5	0,1	0,4	0,1	0,4	0,1	0,3	0,1	0,2	0,1
	Masculino	1,1	0,2	0,9	0,2	0,7	0,1	0,4	0,1	0,4	0,1
	Total	0,9	0,1	0,7	0,1	0,6	0,1	0,3	0,1	0,3	0,1

Fonte: Tabulação própria, a partir de RAISMIGRA/MTb.

Em suma, se os trabalhadores da indústria têxtil constituem uma das categorias das mais precarizadas, cujo salário, em média, é bem inferior ao de trabalhadores de outras categorias industriais como a dos metalúrgicos ou dos químicos (tabela 6), as mulheres constituem a sua parcela mais explorada, a quem, também, são designados os mais baixos salários.

Tabela 6 – Distribuição dos trabalhadores das Indústrias Metalúrgica, Química e do Vestuário segundo a faixa de renda em salários mínimos Brasil – 1997

	Até 3,00 SM	De 3,01 a 7,00SM	Mais de 7,01 SM	Total de Trabalhdores
Indústria Metalúrgica	22,29	39,42	38,29	1.266.533
Indústria Química	29,86	36,4	33,74	481.559
Indústria Vestuário (têxtil, confecção, couros e calçados)	67,27	26,22	6,51	855.705

Fonte: Tabulação própria, a partir de RAIS/MTb.

Variáveis de resumo tendo como parâmetro as subatividades da indústria têxtil

De acordo com a tabela 7, das quatro principais subcategorias (2420 - *Fiação, fiação e tecelagem e tecelagem;* 2499 - *Fabricação de outros artefatos têxteis produzidos nas fiações e tecelagens;* 2510 - *Confecção de roupas, agasalhos;* e 2410 - *Beneficiamento de fibras têxteis, vegetais, artificiais e sintéticas*, respectivamente) as trajetórias mais problemáticas pertencem aos trabalhadores da subcategoria 2510. Estes apresentam as maiores médias de tempo de desemprego em relação às subcategorias citadas e também em relação à média do conjunto de todos os trabalhadores têxteis. Apenas em

1992, os trabalhadores da subcategoria 2420 possuíam médias de desemprego maiores que as deles. Ou seja, quando consideramos as principais subcategorias, constatamos que os trabalhadores ligados à confecção são os mais afetados, sendo que, dos cinco painéis correspondentes aos anos-base analisados, em quatro eles apresentavam médias de desemprego superiores à do conjunto dos trabalhadores.

No entanto, índices muito ruins também ocorrem para os trabalhadores das menores subcategorias, sendo que os mais afetados foram os que pertenciam, principalmente, às subcategorias 2430 (*malharia e fabricação de tecidos elásticos*), 2540 (*fabricação de acessórios do vestuário: lenços, gravatas, cintos etc.*) e 2599 (*confecção de artefatos diversos de tecidos não especificados*). Todos estes, quase sempre, apresentavam os piores índices de média de tempo em desemprego e, se formos considerar o desempenho no mercado formal de trabalho, as piores trajetórias. Mas a gravidade deste fato é atenuada por se tratar de subcategorias muito pequenas e, por sua vez, com muito poucos trabalhadores desligados. É possível, inclusive, concluir que estas são subcategorias com tendência ao desaparecimento, dado que vem caindo ainda mais a participação delas em relação ao número total de trabalhadores, como podemos perceber na tabela 8.

Já os melhores desempenhos variaram conforme os anos, sendo que somente os trabalhadores ligados à subcategoria 2410 (*beneficiamento de fibras têxteis, vegetais, artificiais e sintéticas*) apresentaram, em todos os anos, de 1989 a 1993, médias de tempo de desemprego mais baixas que a média do conjunto dos trabalhadores; indício de que tiveram maiores oportunidades de acesso ao mercado formal de trabalho.

Por outro lado, os dados não nos permitem concluir se quem ficou mais tempo desempregado teve menos quantidades de admissões. Por exemplo, a subcategoria 2430, apontada como uma das que teve as maiores médias de tempo em desemprego, apresentou taxas de quantidade de admissões mais altas que outras subcategorias que ficaram, em média, menos tempo desempregadas.

Tabela 7 — Evolução das médias das variáveis de resumo das trajetórias dos desligados da Indústria Têxtil por subatividades da Indústria Têxtil, acompanhadas até 1995 — Americana, 1989 a 1993

1989

Sub Atividades	qt desemprego	qt admissões	qt emprego	qt municípios
2410	40,19	2,52	41,65	1,1
2420	44,33	2,4	37,54	0,9
2430	55,57	2,11	27,17	0,8
2440	39,92	2,43	41,03	1,17
2450	45,7	1,5	36,5	0,9
2460	43,12	2,24	38,38	0,8
2499	40,7	2,41	41,3	1,1
2510	51,54	2	30,84	0,65
2540	59,33	1,4	22,8	0,5
2599	52,76	1,8	30,22	0,47
Total	45,08	2,3	36,88	0,88

1990

Sub Atividades	qt desemprego	qt admissões	qt emprego	qt municípios
2410	39,68	1,93	30,7	0,84
2420	39,39	2,02	30,94	0,75
2430	42,05	2,12	28,52	0,98
2440	41,34	1,7	28,9	0,74
2450	44,04	1,65	26,43	0,3
2460	35	2,06	34,8	0,8
2499	40,81	1,99	29,71	0,9
2510	44,97	1,67	25,78	0,47
2540	47,5	1,6	23,41	0,61
2599	45,03	1,78	25,03	0,57
Total	40,38	1,95	30,02	0,73

1991

Sub Atividades	qt desemprego	qt admissões	qt emprego	qt municípios
2410	34,2	1,52	24,95	0,71
2420	35,55	1,53	23,4	0,55
2430	39,85	1,23	19,53	0,53
2440	34,27	1,61	24,65	0,93
2450	27,19	1,87	31,12	0,56
2460	32,22	1,62	26,26	0,7
2499	34,85	1,56	24,1	0,78
2510	38,17	1,31	20,84	0,4
2540	37,23	1,63	20,38	0,71
2599	37,02	1,44	21,83	0,59
Total	35,69	1,5	23,25	0,57

1992

Sub Atividades	qt desemprego	qt admissões	qt emprego	qt municípios
2410	25,39	1,35	21,23	0,66
2420	33,98	0,9	13,6	0,28
2430	33,6	1,2	13,48	0,44
2440	24,74	1,38	22,1	0,68
2450	18,5	1,94	28,75	0,94
2460	25,9	1,3	21,3	0,6
2499	28,55	1,3	18,48	0,52
2510	29,97	1,16	17,32	0,33
2540	30,36	1,22	16,87	0,45
2599	3,13	0,95	14,32	0,21
Total	32,59	0,99	14,88	0,32

Cont. tab.7

1993

Sub Atividades	qt desemprego	qt admissões	qt emprego	qt municípios
2410	22,83	1,02	11,92	0,41
2420	23,22	0,98	11,78	0,29
2430	21,54	1,32	13,28	0,54
2440	18,57	0,91	16,6	0,6
2450	Sem casos	Sem casos	Sem casos	Sem casos
2460	24,31	0,85	10,34	0,34
2499	25,31	0,86	10,19	0,32
2510	24,98	0,9	10,2	0,26
2540	21,43	1,2	13,18	0,27
2599	25	0,85	10,54	0,28
Total	23,77	0,95	11,29	0,3

Fonte: Tabulação própria, a partir de RAISMIGRA/MTb.

Sub Atividades	
2410	Beneficiamento de fibras têxteis, vegetais, artificiais e sintéticas
2420	Fiação, fiação e tecelagem e tecelagem
2430	Malharia e fabricação de tecidos elásticos
2440	Fabricação de artigos de passamanaria, fitas, filo, renda e bordado
2450	Fabricação de tecidos especiais
2460	Acabamento de fios e tecid, não processados em fiação e tecel.
2499	Fabricação de outros artefatos têxteis produzidos nas fiaç. e tecel.
2510	Confecção de roupas, agasalhos
2540	Fabricação de acessórios do vestuário: lenços, gravatas, cintos etc
2599	Confecção de artefatos diversos de tecidos não especificados

Tabela 8 — Evolução da composição do emprego na Indústria Têxtil, por subatividade IBGE Americana, 1990 a jul/1997 (%)

Subat.IBGE	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
ATIV 2410	8,0	9,6	13,1	14,7	2,8	3,1	3,0	3,1
ATIV 2420	64,4	61,0	50,3	50,5	45,1	51,2	50,2	47,7
ATIV 2430	0,3	0,3	0,5	0,7	0,3	0,1	0,1	0,1
ATIV 2440	0,8	0,9	0,8	1,3	0,9	0,6	0,6	0,6
ATIV 2450	0,3	0,2	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
ATIV 2460	4,4	4,4	5,5	3,7	0,0	0,0	0,0	0,0
ATIV 2490	12,6	13,0	16,7	15,7	40,8	35,6	36,6	38,0
ATIV 2510	8,4	9,4	11,0	12,1	9,8	9,1	9,3	10,3
ATIV 2540	0,4	0,5	0,6	0,5	0,3	0,3	0,2	0,1
ATIV 2550	0,5	0,7	1,0	0,7	0,0	0,0	0,0	0,1
Total	23768	21280	15654	16026	19.792	16172	16002	15162

Fonte: Tabulação própria, a partir de RAIS/MTb.

ATIV 2410 — Beneficiamento de fibras têxteis, vegetais, artificiais e sintéticas
ATIV 2420 — Fiação, fiação e tecelagem e tecelagem
ATIV 2430 — Malharia e fabricação de tecidos elásticos
ATIV 2440 — Fabricação de artigos de passamanaria, fitas, filo, renda e bordado
ATIV 2450 — Fabricação de tecidos especiais
ATIV 2460 — Acabamento de fios e tecidos não processados em fiação e tecelagem.
ATIV 2490 — Fabricação de outros artefatos têxteis produzidos nas fiações e tecelag. (equivale à subcategoria 2499 da tab. 5)
ATIV 2510 — Confecção de roupas, agasalhos
ATIV 2540 — Fabricação de acessórios do vestuário: lenços, gravatas, cintos etc
ATIV 2550 — Confecção de artefatos diversos de tecidos não especificados. (equivale à subcategoria 2599 da tab. 5)

Trajetórias dos desligados considerando os grandes setores da economia

Independentemente do ano em que ocorreu a perda do emprego, as pessoas que conseguiram retornar ao mercado de trabalho se reinseriram, na sua maioria, na indústria de transformação. Entretanto, este setor não apresenta crescimento constante na sua participação no total do efetivo empregado, chegando algumas vezes a ter sua participação diminuída em relação a anos anteriores da trajetória. É o que ocorre principalmente para os desempregados nos anos base de 1989 e 1990. Para os do ano base de 1989, por exemplo, a participação deste setor em sua reabsorção chegou a ser de 50,6% em 1990, mas esta porcentagem diminui para 30,2% em 1995.

Por outro lado, chama a atenção o crescimento constante do número das pessoas que passaram a se deslocar para o setor de comércio e serviços. Foi sem dúvida o que mais cresceu, independentemente do ano base analisado. Nos anos base de 1991, 1992 e 1993, os índices dos que estavam trabalhando neste setor triplicaram do primeiro para o último ano da trajetória. Para os outros dois anos base, 1989 e 1990, esses índices, no mínimo, dobraram. Dos desempregados em 1989, 8,7% do total estavam trabalhando no setor em questão no primeiro ano da sua trajetória. Entretanto, este índice salta para 18,3% em 1995, último ano de acompanhamento das trajetórias. Já a porcentagem de 37,2% dos que estavam trabalhando na indústria de transformação em 1989 retrocede para 30,2% em 1995. Estes dados são indícios da tendência de crescimento progressivo do setor de serviços na participação do emprego na cidade de Americana para os egressos do setor têxtil.

Realizaremos, em seguida, uma análise mais específica sobre trajetórias ocupacionais, tendo como foco as dos trabalhadores desligados da indústria têxtil no ano de 1990.

2.2. Trajetórias intersetoriais dos trabalhadores desligados em 1990

Neste momento, faremos uso da base de dados RAISMIGRA, utilizada nesta análise, para descrever os percursos intersetoriais pelo mercado de trabalho — ano a ano, até 1995 — das pessoas que perderam o emprego na indústria têxtil de Americana especificamente no ano de 1990[4]. São 11.958 trabalhadores desligados que terão suas trajetórias cobertas por um período de 6 anos (1990/91/92/93/94 e 95) na análise efetuada a seguir.

Tabela 9 — Evolução das trajetórias dos desligados da indústria têxtil de Americana em 1990, acompanhados até 1995, por setor de atividade econômica IBGE

Desempregados em 1990

setor IBGE	ano base	1990	1991	1992	1993	1994	1995
ind. transformação	100	32,3	45,7	37,5	37,5	34,2	34,4
adm. pública	0	0,5	1,3	1,4	1,7	1,9	2,2
agropecuária	0	0,1	0,2	0,3	0,3	0,4	0,5
construção civil	0	0,7	1,6	1,3	1,3	1,2	1,5
comércio	0	2,9	4,5	5,3	5,3	6	7
serviços	0	4,2	6,4	6,9	6,5	7,2	9,7
outros	0	2,8	4,2	4,2	5,1	3,8	2,9
ignorado	0	56,5	36,1	43,2	42,3	45,3	41,9
total	11958	100	100	100	100	100	100

Fonte: elaboração própria, a partir de RAISMIGRA/MTb.

[4] Apenas a título de esclarecimento, optamos por trabalhar com o banco de dados do ano base de 1990 por algumas razões, sendo duas as principais: 1) o fato de este banco conter maior número de trabalhadores desligados da Indústria Têxtil de Americana do que os bancos dos demais anos base (1989, 1991, 1992 e 1993); e 2) pelo fato do ano de 1990 ser um marco importante para esta indústria, na medida em que é neste momento que as transformações macroeconômicas do país começam a provocar os grandes impactos sobre o setor têxtil, afetando de forma aguda este mercado de trabalho.

A partir da tabela acima, notamos que dos desligados em 1990, apenas 32,3% retornaram à indústria de transformação, 7,6% (incluindo administração pública)[5], migram para os setores de serviços e comércio. E nada menos do que 56,5% permaneceram fora do sistema RAIS por todo o ano de 1990.

Lembramos que permanecer fora do sistema RAIS significa estar desprovido de qualquer vínculo formal de trabalho.

No ano seguinte, 1991, aumenta de forma considerável o número dos que migraram para o setores de serviços e comércio (12,2%) e também dos que retornaram para a indústria de transformação, em geral e não somente têxtil. Neste ano diminui para 36,1% a quantidade de pessoas sem vínculo formal, de maneira que este pode ser considerado o melhor ano para o conjunto dos que ficaram sem emprego na indústria têxtil no ano de 1990.

Em 1992, a situação volta a regredir. Diminui acentuadamente o contingente dos que se realocaram para a indústria de transformação, dando lugar ao crescimento do percentual dos que permaneceram fora do sistema e também dos que migraram para os serviços e comércio.

Em 1993, a situação permanece semelhante à do ano anterior, sem aumentos ou quedas consideráveis na migração intersetorial. Mas, em 1994, a indústria de transformação volta a diminuir sua participação na absorção dos desligados de 1990. Destes, parte migra para os serviços e comércio, cujo índice sobe para 15,1% neste ano, e parte migra para fora do sistema, que passa a representar a situação de 45,3% dos desligados de 1990.

Em 1995, há uma pequena diminuição dos que se encontravam fora do sistema, e tudo indica que os trabalhadores que saíram desta situação se reinseriram no mercado de trabalho formal via serviços e comércio, visto que

[5] Para efeitos de análise, sempre incluiremos a administração pública em serviços.

estes setores foram os únicos a apresentar crescimento considerável, passando a empregar cerca de 19% do total daqueles desligados.

É preciso salientar que no final da trajetória que acompanhamos (1990 a 1995), do total de egressos da indústria têxtil de Americana em 1990, ainda se encontravam fora do sistema 41,9% deles. Dadas as limitações deste banco de dados, não é possível afirmar quantos destes estavam efetivamente desempregados ou se ocupando regularmente em alguma atividade no mercado informal.

Desligados da indústria têxtil de Americana em 1990: estudo de classes

Através de um procedimento computacional, realizamos análise específica da base da dados RAISMIGRA a fim de montar padrões de trajetórias. Tal análise resultou em sete agrupamentos principais, ou em sete padrões principais, de trajetórias ocupacionais dos egressos da indústria têxtil no ano de 1990. A estes agrupamentos chamaremos de sete classes principais[6], possíveis de serem acompanhadas em seus percursos profissionais ao longo de seis anos, de 1990 a 1995. Contudo, não nos aprofundaremos neste estudo, apenas faremos algumas considerações, principalmente a respeito da classe que agrupa o maior número de trabalhadores e que consideramos a mais problemática, a que denominamos *fora do sistema*.

---

[6] Em todas elas há participação de dez possibilidades de migrações. São elas: 1) Fora do sistema; 2) Indústrias Têxteis; 3) Serviços; 4) Outras atividades; 5) Comércio; 6) Indústrias químicas; 7) Outras indústrias; 8) Outras metalúrgicas; 9) Indústrias Tradicionais (mad, cou, móv); e 10) Material de transporte. Contudo, cada classe caracteriza-se pela predominância de uma delas, sendo que as migrações para as atividades 8, 9 e 10 mostraram-se desprezíveis em termos de representatividade em todos os anos acompanhados e em todas as classes agrupadas.

Tabela 10 — Composição do desligados da indústria têxtil de Americana em 1990, de acordo com 7 classes principais

n.	classes	número de trabalhadores	porcentagem	qt total de meses de desemprego nos 6 anos da trajetória (1990 a 1995)
1	Fora do sistema	5.042	42,18%	63,65
2	Indústria têxtil	3.674	30,71%	21,96
3	Serviços	946	7,91%	29,07
4	Outras Atividades	850	7,11%	22,96
5	Comércio	792	6,62%	28,08
6	Indústria química	375	3,14%	12,01
7	Outras indústrias	279	2,33%	27,06
Total	todas	11.958	100%	40,38

Fonte: elaboração própria, a partir de RAISMIGRA/MTb.

Como já salientamos, cada uma destas sete classes agrupa uma tendência predominante de migração pelo mercado de trabalho. E, como podemos observar, a classe dos indivíduos agrupados em *fora do sistema,,* representa a maior parcela, 42,18%, do total dos trabalhadores que no ano de 1990 tiveram algum vínculo formal na indústria têxtil e que o perderam neste mesmo ano. As pessoas deste agrupamento permaneceram, predominantemente, fora do mercado formal de trabalho ao longo de toda sua trajetória. Como indicado na tabela 10, estes trabalhadores ficaram, em média, 63,65 meses, de um total de 72, sem nenhuma ligação formal com o mercado de trabalho. Ou seja, dos 11.958 trabalhadores, 5.042 ficaram, em média, 88,5% do tempo de suas trajetórias de 6 anos (entre 1990 e 1995) afastados de qualquer ocupação com registro. Isto, lembramos, significa que permaneceram pelos seis anos acompanhados a descoberto de quaisquer garantias ou proteções legais.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Com relação às outras classes, também é elevado a quantidade de meses, em média, em que os indivíduos ficam sem registro de trabalho. Apenas os que migraram para a *indústria química*, parcela muito reduzida do total (3,14%), destoam da média das demais classes, o que nos permite deduzir que os trabalhadores que migram para a indústria química têm melhores atributos para encontrar e manter outro emprego depois de afastados do original, na indústria têxtil. Consideramos que estes possuem as trajetórias mais *virtuosas*, na medida em que migram para um emprego considerado de melhor qualidade (as condições de trabalho na indústria química são reconhecidamente melhores que as oferecidas, em geral, na têxtil), e na medida em que têm maior estabilidade em seus novos empregos. Já os que predominantemente permaneceram nos *serviços* e *comércio*, foram os que apresentaram maior instabilidade empregatícia, depois da classe dos *fora do sistema*. E, não por coincidência, estes são setores que apresentam condições de trabalho, em geral, piores do que as encontradas nos empregos industriais.

2.3. Breves considerações

Em síntese, os dados da RAISMIGRA analisados neste capítulo nos permitem inferir a crescente deterioração das condições e da oferta de trabalho no setor têxtil. Crescem as taxas de desligamentos e expandem-se os períodos em que os egressos deste setor permanecem fora do mercado formal, provavelmente aceitando condições de trabalho mais desfavoráveis no setor informal da economia do que as que possuía na indústria. Os dados indicam que as mulheres são as que mais sofrem prejuízos neste processo.

Outra observação importante é que parcela considerável dos que retornam à formalidade, não é reabsorvida pelo setor têxtil e migra para

outras ocupações, especialmente àquelas ligadas aos setores de comércio e serviço. Contudo, na análise do banco de dados de 1990, notamos que além de existir um fechamento do setor industrial em geral aos egressos do setor têxtil, é baixíssima a taxa de retorno a um emprego formal qualquer.

Notamos também que um significativo contigente de trabalhadores parece ter sido forçado a procurar e conquistar postos de trabalho em outras cidades, o que pode ter resultado no enfraquecimento de laços familiares e sociais e, por conseguinte, da "carga de solidariedade social" (Casey: 1995) no cotidiano das pessoas envolvidas nessa migração.

A partir da análise dos depoimentos de alguns entrevistados, percebemos que os prejuízos do desemprego para os indivíduos extrapola o espaço das relações de trabalho propriamente ditas (perda salarial, desmerecimento profissional frente às reestruturações, insegurança com relação à estabilidade no emprego e às condições em que são realizados os trabalhos, dentre outros possíveis aspectos). Podemos dizer que os danos provocados dizem respeito também ao espaço da sociabilidade, uma vez que o trabalho se revela uma categoria tão aglutinadora e norteadora na vida das pessoas que, ao menos em parte dos casos, as variáveis que lhe dizem respeito influem intensamente no nível micro-social, na esfera da vida das pessoas que não diz respeito ao trabalho. Os trechos de depoimentos abaixo são reveladores neste sentido. Quando questionados sobre o significado do desemprego, os entrevistados responderam:

> "Ah, você se sente desvalorizado, né? Sente em casa, com os colegas. Primeiro você fazia churrasquinho... Agora não dá. A gente jogava bola, era gostoso... Agora, você não tá no meio do pessoal, você fica um pouco isolado, é isso que acontece. Nego pensa que você vai pedir algum favor" (Silmar M. Estoco, ex-tecelão, em abril de 1998).

"Acho que para o ser humano, principalmente para o homem é a pior coisa que tem. É ruim porque a sua cabeça fica, fica aquele vazio dentro de você, porque estando trabalhando a sua mente está completamente diferente. Você tem, sei lá, parece que tem mais energia, mais força para você lutar pelos seus direitos, sempre tem mais... sei lá, é bem diferente viu, se você estiver empregado, trabalhando e se você estiver parado" (Antônio Santana, tecelão, em fevereiro de 1998).

Um outro depoimento que chamou a atenção, foi o de um ex-trabalhador têxtil, que ao ser argüido sobre qual tipo de atividade exercia para sobreviver, pediu para que o gravador fosse desligado (através de sinais), e respondeu:

"Eu não posso falar o que eu faço... a gente tem que fazer alguma coisa para viver, não é mesmo. Eu tenho duas filhas pequenas para criar e eu quero comprar um caminhão, e um caminhão não custa barato. Eu preciso juntar dinheiro" (S.E., ex-tecelão, em abril de 1998).

Este depoimento é indicativo da heterogeneidade das atividades existentes no mercado informal e que, por vezes, pode significar atividades ilegais.

Dada a situação, que consideramos de extrema gravidade, interessa-nos avaliar as perspectivas sobre a questão do desemprego. Contudo, para melhor precisarmos o significado da situação posta, e quais as dimensões que ela assume para as sociedades e para as pessoas, é preciso proceder ao estudo conceitual do desemprego, pois com tal referencial teremos elementos adicionais para compreender suas reais dimensões. É o que faremos a seguir.

CAPÍTULO 3: Desemprego: conceituação e suas diferentes faces

O objetivo deste capítulo é conceituar o fenômeno do desemprego e compreender como os desempregados se percebem nesse contexto. Procuramos precisar os conceitos de desemprego na medida em que consideramos importante demarcar, com o máximo de clareza possível, um campo de estudo que é difuso e heterogêneo.[1] Em seguida, discutiremos de que forma os desempregados sentem o problema, quais são suas percepções e quais as classificações a eles destinadas pela teoria.

3.1. Conceitos de desemprego:

3.1.1. Caracterização geral

De acordo com Topalov (1987 e 1994), a noção de *desemprego moderno* começa a emergir a partir da Segunda Revolução Industrial, quando se apresenta uma nova dinâmica das relações sociais de produção. Essa conjuntura possibilita a ocorrência de novas experiências trabalhistas e de ações reformadoras sobre os pobres da cidade industrial. Em 1909, o reformador William Beveridge conclui essa nova noção de desemprego quando diz que a pobreza nem sempre decorria de "taras morais", mas que algumas vezes era proveniente da própria organização industrial e de seu mercado de trabalho (1987, p.57).

Alguns anos antes, em 1903, Alfred Marshall faz uma distinção chave entre desempregos *ocasional* e *sistemático*, considerando que o primeiro se deve a depressões cíclicas ou a indústrias sazonais, de modo que as vítimas não são as

---

[1] BRANDÃO, Sandra. "Elementos para compreender a controvérsia sobre as taxas de desemprego no Brasil". Mimeo, 1997.

responsáveis pela situação. Já o segundo é considerado uma doença e está relacionado a indivíduos que não possuem um emprego regular porque não querem ou não podem trabalhar com regularidade ou empenho suficientes. Deriva da primeira categoria a noção de desemprego *involuntário*, que vai operar uma divisão entre a população de pobres da cidade, dividindo-a entre os possuidores de direito, que deveriam ser tratados com o dispositivo do seguro-desemprego, e os demais, aos quais caberiam outros dispositivos. Para os reformadores, era necessário regularizar o emprego para o maior número possível de pessoas e eliminar do mercado de trabalho os incapazes de ter um emprego regular (Topalov, 1987, p.75), com medidas como emigração e criação de centros de reabilitação.

Percebe-se, dessa maneira, a necessidade, para os reformadores, de se colocar em prática uma ruptura entre os pobres duravelmente pauperizados e entre os trabalhadores regulares provisoriamente necessitados (1987, p.77), já que para eles era consenso o pensamento de que diferentes tipos de pobres requereriam diferentes tipos de tratamento.

Consideramos importante, ainda, esclarecer que, na visão de Topalov (1987), o problema do desemprego moderno não começou a existir apenas quando os reformadores começaram a teorizar sobre ele. Segundo o autor, o fato precede a sua teorização: *"...le concept moderne de chômage a préexisté historiquement à la réalité qu'il était censé décrire"* (1987, p.56).

Percebemos que nesse primeiro momento já estão presentes duas categorias teóricas básicas: os desempregados *sistemáticos* ou *intermitentes* e os *ocasionais* ou *temporários*. A primeira se refere aos excluídos do sistema, àqueles que não conseguiam se encaixar no mercado formal de trabalho. Já a

segunda se refere àqueles que, apenas por uma contingência momentânea, estavam fora do mercado de trabalho formal.[2]

Contudo, é necessário salientar que o fenômeno do desemprego atual tem um perfil distinto do encontrado no século XIX e em outros momentos históricos, em decorrência das transformações pelas quais a economia mundial passou nas últimas décadas. Pode-se considerar que a situação atual, basicamente a que vem se delineando nas últimas duas décadas, caracteriza-se por um impasse, que consiste numa das grandes questões contemporâneas. Trata-se do fato de que não se sabe como solucionar a situação dos desempregados (e subempregados) efetivos e potenciais, onde e como serão reabsorvidos, se é que o serão. A tese de Rifkins (1995) é de que a situação pode perdurar e até se agravar pelo menos até os próximos 50 anos, caso não se comece imediatamente a adotar medidas políticas radicais, o que, de acordo com sua concepção, não tem ocorrido. O autor acredita que a diferença fundamental em relação às experiências anteriores é que sempre apareciam novos setores na economia capazes de absorver os excluídos dos setores tradicionais.

Num primeiro momento, tivemos o desemprego de trabalhadores na agricultura, provocado pela sua mecanização, que acabaram absorvidos pelo desenvolvimento da indústria emergente. Em seguida foi a vez de a indústria começar um processo de expulsão que, até pouco tempo, era, senão compensado, ao menos minorado pela expansão de vagas no setor terciário, principalmente nos serviços e, ainda em especial, nos serviços públicos. O que se observa no

---

[2] Podemos dizer que a primeira categoria é análoga ao conceito de *longa duração* de Wuhl e ao de *inempregável estrutural* de Standing; a outra poderia corresponder ao conceito de *desemprego conjuntural*, de duração, mesmo que não curta, pelo menos restrita a um determinado período. Apresentamos as categorias analíticas com as quais operam Wuhl e Standing no curso do capítulo.

momento é que mesmo este setor tem passado por um maciço processo de reestruturação e por uma conseqüente diminuição dos postos de trabalho. Por outro lado, não se vislumbra o aparecimento de nenhum setor capaz de contornar a situação absorvendo a mão-de-obra descartada dos setores tradicionais. O único novo setor, de acordo com Rifkins, é o do conhecimento, que não se mostra capaz de absorver mais do que uma ínfima parcela dessa população desempregada, o que faz deste um momento de bastante indefinição.

Frente a tantas evidências, não há contestação, por parte de diferentes matrizes teóricas quanto à existência real do desemprego - no que diz respeito ao seu aspecto quantitativo e à gravidade que tal fenômeno representa para a sociedade como um todo. Todavia, há divergências em relação aos fatores causais do fenômeno e, por conseguinte, em como definir o desemprego contemporâneo. Uma das implicações disto é a divergência quanto às medidas a serem implementadas para se enfrentar este problema.

Ademais, entendemos que é preciso definir com maior clareza - a partir de alguns autores - os diversos conceitos que envolvem o tema. Como lembra Elmeskov a "definição de desemprego é ambígua, e sua mensuração empírica está longe de ser precisa" (Elmeskov, 1993: 28). Entendemos que tal esforço de definição e mensuração é necessário, pois as imprecisões com que estes conceitos têm sido tratados podem acarretar numa atitude de conformação/resignação por parte das autoridades responsáveis frente à questão, como tenta demonstrar Standing (1983). Esta atitude é, em grande medida, justificada por um "sentimento de inevitabilidade" com que a questão é encarada muitas vezes, pois o desemprego atual tem sido definido preponderantemente como estrutural. Entretanto, e Standing ressalta este ponto, não se tem bem definido esse conceito, e isto tem provocado enganos nas

políticas adotadas para o seu combate, de modo que elas podem se revelar ineficazes e, em alguma medida, até mesmo prejudiciais.

Padece também de controvérsias e imprecisões a questão sobre as causas do desemprego atual. Mesmo correndo o risco de simplificações, podemos classificar em duas as correntes explicativas do crescimento do desemprego: a) para uma, a fundamental causa é a incapacidade do mercado de trabalho de alguns países de adaptar-se às transformações estruturais observadas na economia mundial, principalmente em relação ao acirramento da competitividade global, causada pela inserção de países no comércio internacional com baixos custos salariais e mercado de trabalho bastante desregulamentado e flexível; b) para outra, o fator primeiro para o crescimento do desemprego se encontra na incorporação de tecnologias nos processos produtivos, que reduzem drasticamente a demanda de mão-de-obra no sistema econômico, uma vez que tais tecnologias, pelo menos até o presente, não resultaram em novos setores capazes de absorver mão-de-obra de forma a manter inalterado o nível de emprego global.

Ainda que não se tenha chegado a um consenso, vários debates acadêmicos têm sido travados sobre o assunto.

3.1.2 O debate contemporâneo

Nesta seção definiremos os conceitos de desemprego, buscando estabelecer um núcleo conceitual básico sobre os seus diferentes tipos, com ênfase na *noção de desemprego estrutural*, tendo como texto base o de Standing (1983). Em seguida, procuraremos demonstrar qual a dinâmica do processo de exclusão do mercado de trabalho formal, e para isso abordaremos a categoria de *desemprego de longa duração* de Simon Wuhl (1992), que se

contrapõe à de *desemprego de curta duração*, associada, por sua vez, à recessão econômica.

Standing (1983) afirma que muitos economistas defendem a opinião de que o principal componente nas taxas de desemprego atual pode ser qualificado como de caráter estrutural. Por conseguinte, nos padrões presentes dos processos produtivos, tornou-se muito difícil, até mesmo utópico, ter níveis de desemprego compatíveis com o de pleno emprego, isto é, níveis de emprego próximos às taxas existentes nas décadas imediatamente subsequentes ao pós segunda guerra. Entretanto, prossegue o autor, estes mesmos economistas não definem, a não ser vagamente, o conceito de desemprego estrutural em que se baseiam para fazer tais afirmações. Assim, afirma Standing, é necessário que se defina com mais precisão a expressão "desemprego estrutural", bem como os pressupostos nos quais ela se baseia, pois tal expressão tem assumido freqüentemente várias interpretações, acabando, algumas vezes, por tornar bastante nebulosas as análises sobre o tema.

Nesse sentido, Standing (1983) busca precisar o conceito de desemprego estrutural. Em primeiro lugar, defende que não se considere desemprego estrutural e desemprego tecnológico como sinônimos, como fazem muitos partidários da classificação causal de desemprego,[3] já que tratar esses dois tipos como um único fenômeno "obscurece el pensamiento y obstaculiza la formulación de estrategias correctivas" (Standing, 1983:164).

---

[3] De acordo com Standing (1983) existem 2 correntes classificatórias de desemprego: 1) Uma classificação causal, que tem dividido o desemprego de acordo com os seus componentes estacionais, friccionais, relacionados com a demanda, tecnológicos e estruturais; 2) Uma outra classificação leva em consideração as características dos desempregados, e divide o desemprego total em voluntário e involuntário.

Assim, o conceito de *desemprego estrutural* deve ser entendido, num nível abstrato, como uma desproporção qualitativa entre a oferta de emprego existente e a mão-de-obra disponível no mercado. A origem desta desproporção pode estar tanto do lado da oferta de emprego, quanto no mercado de trabalho, ou simultaneamente em ambos. Esta desproporção independe do fato de a conjuntura econômica estar transitando por um período recessivo ou não.

Por sua vez, o conceito de *desemprego tecnológico* representa o processo de substituição da mão-de-obra pela mecanização e automatização, o que provoca a redução do número de empregos disponíveis. De certo modo, tal substituição pode ser abordada como um dos aspectos relacionados ao aumento do desemprego estrutural. Isso ocorre quando a introdução de novas tecnologias no processo de produção exige novas qualificações não disponíveis no mercado de trabalho.

É pertinente também, prossegue Standing, diferenciar o desemprego tecnológico daquele desemprego que tem como principal componente a insuficiência da demanda global, uma vez que este reflete um fenômeno conjuntural de características cíclicas. Neste caso, políticas específicas de estímulo da demanda e de empregos públicos podem dar conta de minimizá-lo.

Com o tratamento mais rigoroso do conceito de desemprego estrutural, Standing pretende desmantelar a abordagem que se centra na análise das características do trabalhador atribuindo a este a responsabilidade de estar estruturalmente desempregado, por não ter se adaptado às novas necessidades do mercado. Tal abordagem acaba minimizando a responsabilidade das políticas governamentais e da mentalidade empresarial no que se refere ao problema do desemprego contemporâneo. Standing a considera equivocada e simplista por não levar em consideração, ou no mínimo por simplificar demais, os diversos

fatores envolvidos na composição do desemprego estrutural. De acordo com seu ponto de vista, este se compõe de sete elementos principais, passíveis de problematização como fontes originárias do desemprego atual:

i- O primeiro se refere às mudanças na estrutura de alguns setores da indústria, em decorrência da instabilidade da demanda final. A fim de se adaptar a esta demanda, setores industriais, principalmente o setor produtivo, tiveram que passar por reestruturações, tornando muitas qualificações, que eram essenciais, inúteis e indesejadas para a indústria, de modo que se passou a exigir outros tipos de especializações.[4]

ii- O segundo, considerado o principal elemento do desemprego estrutural, diz respeito à inadequação do perfil de profissionais disponíveis no mercado de trabalho. Ou seja, trata-se da falta de novas qualificações para empregos disponíveis, o que faz recair sobre o trabalhador a responsabilidade da adaptação às transformações ocorridas na estrutura produtiva, exigentes de novas "qualidades" da mão-de-obra. Standing considera arbitrária essa classificação dicotômica "qualificado/não qualificado", pois sustenta a hipótese de que os avanços tecnológicos na indústria têm acarretado um processo de desqualificação de muitos trabalhadores excluídos por não saberem lidar com os novos equipamentos, mas que no entanto antes exerciam funções mais

[4] Entretanto, Standing problematiza esse fator porque considera que este não supõe necessariamente uma modificação nos níveis de emprego. Para o autor, dizer que isso ocorre é vago, a não ser que se prove que as pessoas que trabalhavam num dos setores em crise nos países industriais não possam desempenhar outras tarefas existentes em atividades/setores que não se reestruturaram.

complexas do que as que passaram a ser solicitadas pelo mercado após a introdução destes equipamentos. Desse modo, postula o autor que, se a qualificação média necessária pode ter diminuído, isso também facilitaria a sua aquisição pelos trabalhadores no próprio curso do emprego. Caso isso ocorra e prepondere, essa hipótese da inadequação se tornaria equivocada, irrealista.

iii- Um terceiro elemento é a inadequação geográfica, que está relacionada com a distribuição regional, espacial, do desemprego. Tem como elemento estrutural a imobilidade da mão-de-obra entre regiões, sendo que a política conveniente a ser adotada neste caso deveria possibilitar a mobilidade geográfica dos trabalhadores. Esse tipo ocorre quando as indústrias se deslocam do centro das grandes cidades, em função do alto custo e da falta de espaço, possibilitando o aparecimento de altos níveis de desemprego em algumas regiões. Entretanto, o autor salienta que a persistência desse tipo de desemprego pode também ser atribuída à ineficácia das políticas fiscais do governo local e não tão-somente à imobilidade da mão-de-obra, que constitui o fator estrutural.

iv- O quarto fator envolvido numa elevação do desemprego estrutural se refere às mudanças da estrutura demográfica da força de trabalho, ou seja, mudanças na composição da população considerada como economicamente ativa. São quatro os fatores demográficos que supostamente elevam os níveis de desemprego estrutural: a) as mulheres, que aumentaram nos últimos anos sua participação no mercado de trabalho, apresentam taxas mais elevadas de desemprego, além de ocuparem, na maioria das vezes,

cargos de maior rotatividade. Nesse caso, o autor pondera que pode se tratar apenas de um grupo com mais dificuldades de conseguir emprego do que outros, de modo que não deve ser utilizado para explicar a taxa global de desemprego; b) os jovens, principalmente os adolescentes, possuem características análogas às das mulheres e igualmente encontram bastante dificuldade em achar um emprego durável. Entretanto, ressalta Standing, ele só pode ser considerado como efetivamente estrutural, se, mesmo com um estímulo da demanda global, as taxas relativa e absoluta não diminuírem; c) os trabalhadores migrantes entram aqui por terem tendencialmente mudado o seu comportamento em situações de acirramento do desemprego; num primeiro momento optavam por retornar ao seu lugar de origem nessas situações. No entanto, a tendência tem caminhado no sentido contrário, isto é, o que tem ocorrido é que eles têm cortado os vínculos com os seus países ou regiões de origem, em que as perspectivas de emprego e de ascensão social seriam ainda piores; d) o quarto elemento se constitui pelo aumento dos trabalhadores em idade avançada, o que reflete o envelhecimento da população. Todavia, Standing não concorda que essa classe de trabalhadores esteja em situação de desemprego estrutural, porque muitas pessoas estão deixando de pertencer à força de trabalho ativa em função da diminuição gradativa da idade de aposentadoria ocorrida nas últimas décadas.

v- Rigidez institucional espelha o quinto elemento passível de servir como explicação do desemprego estrutural. Trata-se aqui do que Standing designa como "estruturalismo do custo da mão-de-obra",

isto é, dos fatores que propiciam o aumento ou a manutenção dos encargos que os empregadores possuem em relação aos assalariados. O principal desses fatores diz respeito à resistência por parte dos trabalhadores e de seus sindicatos em aceitar cortes nos salários - é o que ele denomina como "rigidez dos salários". Desse modo, quanto mais os salários forem resistentes à diminuição, em especial nos momentos de recessão econômica, menos os empregadores estarão dispostos a contratar. Está envolvido aqui também um outro fator institucional que é a legislação sobre salário mínimo. Defende-se que este tem aumentado o desemprego, principalmente entre os jovens e os menos qualificados, ao diminuir as diferenças salariais baseadas nos critérios de idade e de qualificação, pois tem se dado preferência aos trabalhadores que são considerados mais produtivos. O autor, entretanto, problematiza esse fator dizendo que os comportamentos indesejados de que são acusados esses grupos - como falta de interesse pelo trabalho - devem-se justamente aos baixos salários. Acredita que a longo prazo é possível que o desemprego entre eles diminua, caso os empregadores percebam um maior empenho dessas pessoas no trabalho.

Existem ainda fatores institucionais, alheios ao salário, que aumentam o custo da mão-de-obra e, em conseqüência, a seletividade na contratação. É o caso das leis de proteção do emprego, que tornam alto o custo de se despedir um trabalhador. Há também um último fator, que é o sistema de seguro contra

desemprego. Acontece que, segundo algumas interpretações, nos países onde existe uma estrutura de seguro desemprego bem montada, sindicalistas e trabalhadores preferem a dispensa à diminuição dos salários em períodos recessivos, aumentando assim a taxa de desemprego.

vi- O elemento seguinte é a "inempregabilidade". Tem-se defendido que uma considerável proporção do elevado número de desempregados que permanecem como tal por mais de um ano são "inempregáveis". Comentaristas apresentam como causas a idade, a falta de qualificação, problemas de saúde, a incapacidade física e sobretudo a renúncia a trabalhar. Entretanto, em períodos sem forte recessão, estudos demonstram que o número de pessoas realmente nessa situação é bastante reduzido. Na verdade, defende Standing, em períodos de prolongada recessão, muitas pessoas acabam ficando sem emprego por muito tempo e, quanto maior for esse tempo, mais as pessoas perdem a destreza e a confiança com relação à sua capacidade de executar um trabalho, ao mesmo tempo em que passam a ser discriminados pelos empregadores, tornando-se cada vez mais inempregáveis. Quando finda o longo período recessivo, a expansão do emprego se deparará com esse tipo de desempregado.

vii- Por último, tem-se o desemprego por reorganização geográfica do capital (ou reestruturação do capital). Com a divisão internacional do trabalho e o acirramento da concorrência no mercado mundial, as grandes empresas dos países industrializados migram para

> regiões de países subdesenvolvidos ou recém-industrializados,[5] tal como aconteceu com alguns países asiáticos, onde encontram mão-de-obra barata, sindicatos fracos e desorganizados, além de subvenções fiscais, capazes de lhes propiciarem aumentos de competitividade e de lucratividade. Entretanto, tais deslocamentos acabam deixando um grande rastro de desemprego nos lugares de origem destas empresas.[6]

Standing apresenta e problematiza esses elementos do desemprego estrutural para rebater a forma vaga e desordenada pela qual esse conceito tem sido utilizado por muitos economistas e, também, para questionar a opinião de que esse tipo de desemprego é o preponderante no início dos anos de 1980 - período em que o autor realiza este trabalho . Ele está preocupado em definir sem ambigüidade esse conceito de desemprego, pois considera que as políticas adotadas para o seu combate podem funcionar apenas como paliativos, não atacando de fato o problema, em conseqüência de uma falta de definição precisa do conceito.

Na realidade, parece-nos que Standing (1983) entende que - na época em que escreve - o tipo de desemprego existente não é preponderantemente estrutural, como muitos afirmavam. É possível perceber isso quando ele problematiza a dimensão que assumem os sete fatores no aumento do desemprego de então. Implicitamente, podemos entender que o autor acredita

---

[5] Tais migrações não significam que os países de destino destas empresas terão suas taxas de desemprego diminuídas significativamente, pois, em geral, tais empresas são altamente automatizadas, e também podem causar a falência de empresas locais.

que o principal determinante observado naquele período teria sido a falta de investimentos na economia. Isso porque em vários momentos enfatiza a necessidade de se estimular a demanda global, a fim de que o desemprego fosse minimizado. Sendo assim, a crença de que o desemprego existente era/é estrutural muitas vezes tem conduzido à adoção de políticas ineficazes, ou até ao imobilismo. Mesmo que às vezes elas sejam positivas, não servirão para resolver o problema se for constatado que o desemprego a ser combatido não é de caráter estrutural, ou, então, que se trata de um outro tipo de desemprego estrutural que, por sua vez, requereria outras medidas governamentais. Para Standing, isso é possível de ser verificado na situação hipotética que relata, na qual um jovem participa de um projeto oficial a fim de melhorar a sua qualificação com a promessa de que será mais fácil encontrar um emprego. Entretanto, apesar de obtida uma melhor formação, não o encontra, fazendo com que fique desestimulado para conservá-la e até para adquirir outras quando realmente for necessário.

Porém, quando avaliamos o fenômeno do desemprego no Brasil nos anos noventa, podemos concluir que ele é preponderantemente de caráter estrutural. Chegamos a essa conclusão avaliando quais os alcances dos diferentes fatores citados por Standing e concluímos que pelo menos quatro deles parecem desempregar em grandes proporções. São eles: as mudanças na estrutura industrial, a inadequação das qualificações, a inempregabilidade e o desemprego provocado por reestruturação do capital.

No nosso ponto de vista, no mínimo os três primeiros fatores podem ser considerados como desemprego tecnológico, visto que este permeia os três

---

[6] Tais conseqüências da ampliação da competitividade internacional são abordadas por Sengenberger (1992) e Liemt (1993), entre outros.

tipos de desemprego estrutural a que nos referimos acima. Em outras palavras, pode-se dizer que, de certa maneira, o desemprego tecnológico está presente nestes três tipos de desemprego estrutural, e que, portanto, este último é apenas mais abrangente que aquele, de modo que não se trata de dois tipos de desemprego diferentes.

Com relação às mudanças na estrutura industrial, em grande parte impulsionadas pela intensificação da concorrência internacional, observa-se que tem havido uma intensa substituição da mão-de-obra por automatização e robotização, o que caracteriza o desemprego tecnológico. No tocante à inadequação das qualificações, é possível identificar o componente tecnológico porque muitas profissões acabam se tornando obsoletas justamente em função da incorporação de inovações no processo produtivo. Nesse sentido, isso serve como fundamento para explicar o motivo pelo qual consideramos que o desemprego tecnológico está difundido no fator "inempregabilidade". De maneira geral, quando a introdução de inovações elimina postos de trabalho, a mão-de-obra que ocupava estes postos encontra dificuldades, dadas as especificidades de sua qualificação, para exercer outras ocupações no mercado de trabalho que não sejam aquelas "precarizadas" - a não ser que antes passem por programas de treinamento e requalificação. Com o passar do tempo, isto é, quanto maior for o período que o trabalhador permanecer sem emprego regular, maiores serão os obstáculos para que ele consiga se inserir novamente no mercado formal de trabalho, em função de preconceitos por parte dos empregadores e de desmotivação por parte dos próprios trabalhadores, entre outros motivos.

Aliás, deve-se ressaltar que algumas correntes (Elmeskov & MacFarlan, 1993) defendem que o fator de inempregabilidade prepondera como explicação

do desemprego contemporâneo, ou seja, que o nível presente de desemprego estrutural depende em grande medida do nível efetivo de desemprego passado.[7] Desta forma, períodos de recessão econômica acabam gerando um estoque de mão-de-obra incapaz de ser absorvida pelo mercado nos períodos de recuperação da economia.[8]

Nesse sentido, dada sua importância, cumpre tecer mais algumas considerações sobre este fator, que é retomado por Simon Wuhl em "Chômage: de la longue durée à l'exclusion", texto que nos interessa, e ao qual vamos nos ater para entender como se dá a dinâmica do processo de exclusão de um número crescente de trabalhadores no mercado de trabalho (formal). Apesar de o autor se concentrar no caso francês, consideramos que é possível utilizá-lo para explicar o processo de exclusão de forma mais abrangente.

Wuhl apresenta dados que comprovam uma rápida progressão do desemprego de longa e de muito longa duração (mais de 3 anos). Informa que existia na França, em 1974, um índice de 10% de desemprego de longa duração, enquanto em 1987 a porcentagem já havia subido para 32%. Para o autor, esse tipo de desemprego tem levado à exclusão de um número crescente de trabalhadores do mercado de trabalho formal. A fim de explicar como se dá esse processo de exclusão, Wuhl se reporta a um duplo movimento que, de acordo com a sua visão, tem caracterizado a evolução da gestão da mão-de-obra e está na base do processo de exclusão desta. Trata-se da precarização das leis salariais e da desqualificação no trabalho para cargos de fraca ou média qualificação.

---

[7] op. cit., p.60.

[8] Portanto, esta visão se contrapõe à visão de que o desemprego conjuntural é efêmero, ou, no mínimo, considera as conseqüências deste para o desemprego estrutural.

Esse duplo movimento aparece como conseqüência do processo de flexibilização do processo produtivo, que se mostrou necessário para que as empresas pudessem sobreviver em períodos de forte recessão, bem como para que conseguissem enfrentar e marcar posição numa realidade de intensificação da concorrência internacional. Com esse intuito, as empresas aderiram às inovações e passaram a exigir modalidades mais flexíveis de emprego e empregados, a fim de se adaptarem às flutuações da demanda e às incertezas da conjuntura.

Essas mudanças nas empresas deram vazão ao aparecimento de um elevado número de empregos precários, sem proteção salarial, com contrato de duração determinada ou de tempo parcial. Wuhl denomina esse tipo de emprego, que se concentra nas empresas periféricas, de atípico. Considera que foi este tipo que constituiu a maior parte do recrutamento nos anos de 1980 (mais de dois terços em 1989), enquanto houve diminuição considerável no chamado emprego ordinário (de contrato por tempo indeterminado e com salários estabilizados), que se concentra basicamente nas grandes firmas. Tem-se então um mercado de trabalho polarizado entre esses dois tipos de empregos, com flexibilidades bem diferentes no que tange à regulamentação salarial. De acordo com Wuhl, são justamente esses chamados empregos atípicos que permitem estabilizar os níveis de emprego, já que eles têm predominado em relação aos empregos ordinários protegidos pela regulamentação salarial.

Alguns autores, por exemplo Head (1996), argumentam que a produção enxuta da grande indústria provoca o aumento da produtividade ao mesmo tempo em que faz com que haja uma simplificação da produção. Desse modo, ocorre uma redução da necessidade de grande volume de mão-de-obra qualificada e uma maior utilização de trabalhadores com menor qualificação.

Essa substituição se processa principalmente via terceirização, permitindo a contratação - quando não de curto prazo, freqüentemente por tempo determinado - de pequenas ou médias empresas. Estas serão as responsáveis pela realização de uma grande parcela do processo de produção das grandes empresas contratantes, podendo chegar a 70% em alguns casos, como o da Toyota no Japão e o das grandes indústrias automobilísticas em Detroit. Considerando que os trabalhadores terceirizados geralmente não são sindicalizados, e que a eles são relegados os mais baixos salários, deparamo-nos, então, com o processo de precarização das leis salariais, a que se refere Wuhl.

Quando alude à questão da desqualificação no trabalho, Wuhl está preocupado em chamar a atenção para a tendência de se superestimar as necessidades de qualificação no momento da contratação. Ele acredita que este procedimento tem implicado num rebaixamento profissional dos trabalhadores, pois muitos dos que são contratados acabam sendo sub-utilizados em relação às competências que possuem, enquanto que os não contratados são subestimados.

Com o novo padrão concorrencial da economia, o modelo taylorista foi "colocado em xeque", dando lugar a um novo modelo produtivo que deixou as categorias menos qualificadas da mão-de-obra em situação delicada. Segundo o autor, havia duas alternativas possíveis para encarar esse novo modelo: 1) promover a requalificação e a formação do conjunto dos trabalhadores, adaptando a organização do trabalho às novas técnicas e procedimentos, ou 2) recrutar apenas a parcela mais qualificada dos trabalhadores, a fim de as empresas se precaverem do futuro ainda incerto.

Como os fatos demonstram, a alternativa escolhida pelas empresas foi a segunda, sendo que mesmo para empregos que exigiam pouca ou média qualificação, acabou-se optando por contratar apenas pessoas muito bem

formadas, além do necessário, para ocupar aqueles cargos. Essa tendência de superqualificação acarreta, segundo Wuhl, o seguinte paradoxo: ao mesmo tempo em que existem postos vagos que necessitam de pouca qualificação, as pessoas com pouca formação, aptas a ocupá-los, permanecerão desempregadas. Por outro lado, tal paradoxo nos leva a concluir que também os trabalhadores considerados com melhor formação encontram-se em situação delicada, haja vista que suas habilidades profissionais são subaproveitadas, o que gera, não raramente, insatisfação profissional[9].

O autor diagnostica, então, que a precarização e a desqualificação do trabalho aumentam a perspectiva de continuar persistindo a situação de ascendência do desemprego de longa duração, propiciando um crescente processo de exclusão.

Há, neste ponto, certa convergência entre as posições de Wuhl e de Standing, na medida em que este, ao analisar a questão da inempregabilidade, afirma que as chances de uma pessoa se manter desempregada crescem exponencialmente em função da duração de tal situação, o que significaria que muitas das pessoas em situação de desemprego há muito tempo podem estar destinadas a um processo definitivo de exclusão.

3.2 Percepções e classificações de desempregados

Foi na obra de Dominique Schnapper, *L'epreuve du* chômage (1981), que tivemos, pela primeira vez, oportunidade de conhecer um trabalho dedicado

[9] De acordo com Pochmann (2001), o excesso de formação para as atividades disponíveis é fato disseminado. Ele destaca que em 1999, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a População Economicamente Ativa (PEA) mundial era estimada em 3 bilhões de pessoas, das quais cerca de 1 bilhão viviam com sua capacidade de trabalho subutilizada, ou em situação de

exclusivamente a como os principais interessados no assunto, os desempregados, encaram a sua situação. A autora, ao realizar uma detalhada análise de 100 entrevistas realizadas com desempregados no período entre novembro de 1978 e junho de 1980, elabora e desenvolve uma classificação de três tipos ideais básicos de *vivência do desemprego*. Schnapper percebe que existe uma heterogeneidade social e uma diversidade da população desempregada que possibilitam a existência dessas diferentes experiências. Mesmo considerando que a vivência seja individual, ela acredita na possibilidade de se fazer uma tipologia que dê conta das diferentes atitudes na situação de desemprego. Para tanto, utiliza-se de categorias sócio-profissionais como elementos bases do desenvolvimento dessa tipologia.

O trabalho de Schnapper teve como base cem entrevistas realizadas na França a pedido do *Service d'etudes et de Recherches du Ministère du Travail et de la Participacion* nos anos de 1979 e 1980. A autora alerta para o fato de que o material de que se utilizou dá margem apenas a análises qualitativas, na medida em que permite identificar os diferentes elementos que influenciam a vivência do desemprego, explicitando os fatores que a determinam. É material limitado na medida em que não permite avaliar os pesos relativos destes fatores e nem precisar a representação estatística de cada tipo de desemprego na população global de desempregados.[10]

---

desemprego ou exercendo atividades de sobrevivência, classificadas por Pochmann como subemprego ou "condição disfarçada de desemprego" (p.81).

[10] A população desempregada que ela está considerando e a que está se referindo é aquela inscrita na *Agence Nationale Pour L'Emploi (A.N.P.E).*

Considera que do total destes, aproximadamente 50% são *ouvriers*, 10% pertencem aos *cadres*[11] e 40% são trabalhadores não manuais. Com relação a estes últimos, a pesquisa da autora não permite identificar a parte que experimenta a crise de *status* e aquela que acha positiva a renda oferecida provisoriamente pelo seguro-desemprego e dela tira proveito.

Como já dissemos, a autora desenvolve uma tipologia, assentada sobre categorias sócio-profissionais, para distinguir os três tipos de "vivências" que refletem as três principais formas de encarar o desemprego: 1) o desemprego total; 2) o invertido (*inversé*); e, 3) o diferenciado (*différé*). Ela desenvolve essa tipologia tendo como base três dimensões que considera essenciais: a) adotar ou não um *status* de substituição ao *status* de produtor; b) ter ou não uma rede relações sociais independentemente da atividade profissional; e c) continuar tendo ou não uma integração familiar apesar da situação de desemprego.

Segundo Schnapper, para entender a atitude das pessoas em relação ao desemprego, é necessário entender as suas atitudes em relação ao trabalho. Isso ocorre pelo fato de que é o valor conferido pelo ator social ao trabalho que determina a importância e o significado da experiência do desemprego. Trataremos, a seguir, das três formas de o ator social portar-se e sentir-se diante de uma situação de desemprego:

a) o desemprego total

[11] *Os cadres* compreendem 3 grupos distintos segundo a autora: dirigentes de empresa, quadros científicos e administradores que fizeram carreira dentro de alguns setores limitados da empresa e que ingressaram sem diploma.

Este tipo de desemprego, realidade de 50% dos entrevistados, constitui a experiência mais sofrida e desgastante. É vivenciada, de forma geral, pelos trabalhadores manuais, mas também pelos trabalhadores não-manuais com mais idade e pelos "*cadres*" - pessoas que possuem cargos administrativos ou gerenciais - de origem mais modesta, que passam por um desemprego de longa duração (mais de um ano).[12]

Essas pessoas geralmente possuem um baixo nível cultural - expressão utilizada pela autora[13] - e pouca inserção social. Para elas o trabalho representa o modo privilegiado ou único de se expressar na sociedade, bem como de se sentirem aceitos por ela. É a condição de trabalhador que fixa a posição do indivíduo na estrutura social, sua relação com a sociedade e com os outros. Daí a importância para eles de estarem empregados. Essa é a maneira de eles garantirem sua identidade social e pessoal. Dessa forma, todas as atividades extra-trabalho - ou seja, o *não-trabalho* - têm uma conotação negativa, são consideradas o avesso do trabalho, e, portanto, carregam a marca, na visão dessas pessoas, do "parasitismo" social e da desqualificação do indivíduo perante os outros membros da comunidade. Isso explica, por exemplo, o fato de esses desempregados se sentirem culpados e envergonhados ao se dedicarem a atividades de lazer, esportes e à vida doméstica no período que deveria ser dedicado à atividade profissional.

b) o desemprego diferenciado (*différé)*

[12] Em grande medida, o caso dos desempregados de Americana se assemelha a este tipo ideal, conforme examinamos no capítulo anterior.

[13] Preferiríamos dizer que possuem pouca escolaridade e poucas oportunidades de participarem de atividades culturais.

Trata-se de uma experiência específica de desemprego dos cadres, detentores de uma qualificação social e de um sistema de valores particulares. Entretanto, a autora alerta para o fato de que, ao cabo de um ano em situação de desemprego (desemprego de longa duração), certos cadres experimentam traços próprios ao desemprego total. Daí a necessidade em distinguir, dentro da população de cadres, entre aqueles para quem o desemprego é recente e aqueles que estão há mais de um ano nessa situação. De acordo com a autora, esta distinção não se impõe apenas porque a duração influencia todas as dimensões do desemprego, mas sobretudo porque as duas populações não são as mesmas.Os cadres compreendem 3 grupos distintos: a) dirigentes de empresa; b) quadros científicos; e c) comerciários especializados e administradores não diplomados que fizeram carreira, beneficiados pelas promoções internas em alguns setores limitados de uma dada empresa, de ordem administrativa e comercial. É precisamente este último grupo que constitui quase a totalidade dos cadres desempregados de longa duração.[14]

c) o desemprego invertido (inversé)

Os que conhecem o desemprego invertido têm em comum a idade, uma origem sócio-econômica alta ou média e a não adaptação às necessidades do mercado de emprego. Possuem variados níveis de formação: fraca, quando não

---

[14] Os *cadres*, de modo geral, partilham com os trabalhadores manuais a idéia do trabalho como honra do homem e como modo privilegiado de expressão de si mesmo. No entanto, o modo como os *cadres* recentemente desempregados vivem o desemprego se opõe àquele dos operários em todos os pontos. Os *cadres* recém-desempregados adotam uma série de comportamentos para lutar contra a dessocialização e a desprofissionalização do *desemprego total* e, por meio destes comportamentos, conseguem um *status* de substituição denominado *cadre-en-chômage*. Os *cadres* também possuem uma preocupação constante com sua carreira, visando sempre a sua progressão. É a trajetória profissional, racional e razoavelmente prevista, que define o *cadre* e

possuem qualquer diploma; média quando possuem o segundo grau ou o *baccalauréat; ou* alta, quando possuem formação universitária. São jovens, trabalhadores não-manuais, em sua maioria mulheres (82%), que vivem uma experiência de desemprego muito diferente das anteriores.

Deste tipo de desemprego derivam duas experiências diferentes: a) uma é o prolongamento das férias dos *"rentiers provisoires"*; e b) a outra é a "vida de artista" ou "prolongamento da época de estudante". As pessoas que tiram benefício da primeira experiência são as que, segundo Schnapper, possuem rendas e vivem delas provisoriamente. Já da segunda, fazem parte as pessoas com vocações intelectuais ou artísticas. Esses jovens que vivem o desemprego invertido adotam comportamentos ligados à vida de estudante, possuem uma integração social independente da atividade profissional, além de terem pouca necessidade financeira. Essas características atenuam ou impedem que haja a crise de *status*.[15]

---

sua posição social. Assim, quando ela é interrompida, causa uma crise de identidade que se traduz em humilhação e culpa para eles.

[15] **1) as férias dos *"rentiers provisoires"*** - O desemprego significa apenas um prolongamento "provisório, mas feliz" da época de estudante. Podemos dizer que tal atitude abre uma brecha para o discurso daqueles que criticam os *Estados de bem-estar* erigidos nas primeiras duas décadas do pós Segunda Guerra. **2) a "vida de artista"** - Enquanto os *rentiers provisoires* recusam o trabalho regular em nome da sua liberdade e lazeres, os "artistas" e "intelectuais" se opõem em nome da sua autêntica vocação. O tempo do não-trabalho é aproveitado na dedicação de atividades culturais sem ser acompanhado dos mesmos traumas observados nos casos de *desemprego total* ou *diferenciado*. As pessoas desta categoria possuem normalmente entre 25 e 30 anos e já tiveram experiências profissionais que julgaram incompatíveis com sua vocação criativa. A única reserva que fazem com relação ao desemprego é a redução financeira por que passam, além da vergonha de estarem na situação de serem assistidas. Portanto, de maneira geral, as pessoas que vivem o desemprego invertido, ainda que não tenham escolhido ficar desempregadas, encontram meios para organizar o tempo cotidiano e para tirar grande proveito de tal situação. Isso ocorre graças ao seu nível cultural e à sua inserção social – num meio em que as pessoas se identificam quanto ao seu objetivo.

Este trabalho da autora se revela inovador, na medida em que se preocupa, de forma exclusiva, com as experiências pessoais dos trabalhadores em relação à sua situação de desemprego e ao modo como eles a encaram. Este é um aspecto que, como já dissemos anteriormente, parece ter sido pouco ou insuficientemente estudado pelas bibliografias consagradas ao tema. Realizada a análise, a autora constata que o desemprego se constitui *"une condition sociale différemment utilisée et vécue par les différents groupes sociaux"*[16] (p. 205).

Entretanto, não podemos perder de vista que esta pesquisa de Schnapper é realizada em um país no qual existia forte sistema de indenização, de modo que a classificação que ela realiza deve ser encarada com restrições. Em países onde existe um eficaz *Welfare State*, esse tipo de análise tem mais procedência. Contudo, onde a realidade não é esta, quem fica desempregado precisa arranjar qualquer outra ocupação remunerada a fim de suprir, mesmo que parcialmente, a renda da anterior para sobreviver. Apesar de a autora não apresentar dados estatísticos, ela mostra que grande parte dessas pessoas acaba tendo que aceitar serviços mais precarizados no que diz respeito ao tipo de trabalho, à seguridade social oferecida por ele — geralmente nenhuma, como no caso dos terceirizados que são contratados como prestadores de serviço, sem direito a nenhum benefício social, e também dos que se voltam ao trabalho informal — e, muitas vezes, com relação à renda que lhes proporcionam. De acordo com Nun (2000), nos países da América Latina, onde a população goza de maneira muito incompleta dos direitos civis, o desempregado

[16] " uma condição social diferentemente utilizada e vivenciada pelos diferentes grupos sociais."

tem acúmulos de sofrimento: 1) desamparo por carecer de seguros e benefícios (a que tem direito os europeus); 2) vergonha de não estar cumprindo um dever moral e social (que pode diminuir na medida em que o contexto se agrava), e associado aos anteriores; 3) pressão familiar e social.

Mesmo assim, pode-se adaptar esse tipo de pesquisa para países como o Brasil, procurando-se perceber quais são, do ponto de vista dos desempregados, os principais problemas ou as principais características do desemprego por que passam. Uma possibilidade de se fazer isso é através de *análises de trajetórias* de diferentes categorias de desempregados, procurando-se traçar um perfil do quadro em que se encontram, identificando se houve, por exemplo, mudanças relativas à sua remuneração, condições de trabalho, sociabilidade e desestruturação familiar, dentre outras variáveis possíveis.[17]

No entanto, dificilmente seriam encontrados desempregados passando pela experiência do desemprego invertido entre a grande quantidade de desempregados brasileiros, já que seria necessário, para tanto, possuir um nível de renda mínimo que garantisse um bom padrão de vida. A teoria de Claus Offe converge em direção à teoria do desemprego invertido identificado por Schnapper. Em seu artigo "Trabalho: a categoria sociológica chave?", ele tenta demonstrar que o trabalho está perdendo a centralidade na vida das pessoas, que se tornou menos importante para os indivíduos e para a coletividade.

Apesar de a maioria da população depender do salário proporcionado por um trabalho, Offe acredita que trabalhar vem tendo cada vez menos importância para o conteúdo da atividade social, a perseguição de interesses, o

[17] Realizamos entrevistas com trabalhadores desligados da indústria têxtil de Americana tendo em vista essas perspectivas.

estilo de vida, etc. Com relação ao valor atribuído ao trabalho por parte dos indivíduos, expresso pelo orgulho coletivo dos produtores e pela identidade que o trabalho lhes proporciona (traço identificado pelos que vivenciam os desempregos total e invertido relatados por Schnapper), Offe defende que este deve ser abalado frente às diversificações pelas quais a realidade social do trabalho vem passando (tais como: transformações ocorridas no processo produtivo e redução global do trabalho) e frente à diversificação interna do trabalho assalariado. Esta, por sua vez, marcada por uma ampla variação na renda, nas qualificações, na estabilidade do emprego, na visibilidade e reconhecimento social, no stress, nas oportunidades de carreira, nas possibilidades de comunicação e na autonomia. De acordo com o autor, estes são sintomas de heterogeneidade crescente que colocam em dúvida a identidade que o trabalho proporciona.

Offe acredita estar havendo uma descentralização do trabalho em relação a outras esferas da vida, tratando-se de um declínio da ética protestante do trabalho. Se considerarmos que, de acordo com Schnapper, em 1980 os jovens que não possuíam grandes dificuldades financeiras eram os que viviam o desemprego invertido, então é possível pensar que os trabalhadores adultos de 1994 (quando o artigo de Offe é publicado) realmente tenham outra escala de valores, na qual o trabalho não é o valor central. Offe refere-se à descrição de Dahrendorf no que diz respeito ao fim de uma era na qual "o trabalho teve poder de irradiação de vida por unir todos os outros aspectos de sua estrutura social" (p. 183).

O autor aponta a existência de dois mecanismos principais que poderiam garantir a centralidade do trabalho para o indivíduo: 1) ao nível da integração social, o trabalho visto como um dever, ou 2) ao nível da integração do sistema,

o trabalho encarado como uma necessidade. No primeiro caso, o trabalho é o ponto central de uma vida honesta e moralmente boa e, no segundo, é condição para a sobrevivência física. Entretanto, Offe tenta demonstrar a inoperância desses mecanismos.

O primeiro, segundo ele, está enfraquecido devido à desagregação das tradições religiosas ou culturais secularizadas, ao crescimento de um hedonismo consumista e devido, ainda, ao fato de os trabalhadores não participarem de seu trabalho como pessoas reconhecidas que atuam moralmente. Do ponto de vista da estratégia da empresa, segundo Offe, é racional tornar o processo de trabalho o mais independente possível do "fator humano", já que este pode produzir incertezas e distúrbios. Dessa maneira "tem havido expropriação de qualificações, experiência e conhecimento"(p.184), de forma que a dimensão subjetiva do trabalho é enfraquecida. Esse enfraquecimento é reforçado ainda pela desintegração das esferas sociais da vida - organizadas de acordo com categorias de trabalho e emprego -, que passam a ser complementadas pela família, lazer e instituições educacionais.

Para o autor, na medida em que crescem a experiência do desemprego ou o afastamento involuntário do trabalho (aposentadoria antecipada, por exemplo), o efeito do estigma moral e do auto-estigma gerado pelo desemprego desaparece, pois este passa a não ser mais encarado como culpa individual. Isto vai ao encontro das considerações feitas anteriormente.

Com relação ao segundo mecanismo, Offe apresenta alguns obstáculos que bloqueiam a sua eficácia. De acordo com o que ele relata, estudos de psicologia econômica indicam que o crescimento da renda individual e coletiva não aumenta ou aumenta pouco o sentimento de bem-estar ou de satisfação. As variações de renda, por sua vez, têm efeitos de incentivo apenas limitado sobre

a quantidade e qualidade dos esforços do trabalho, quando se trata de um padrão de renda alto.

Offe conclui dizendo que o trabalho teve seu *status* deslocado da centralidade da vida das pessoas. Seguindo o seu raciocínio, é possível dizer que o desemprego total não seria uma experiência tão dolorosa e humilhante para os desempregados, e, talvez, nem fosse vivenciado por cerca de metade dos trabalhadores, como no caso das entrevistas que Schnapper analisou. A teoria de Offe sobre a queda da centralidade do trabalho na vida dos indivíduos vai, novamente, ao encontro daquilo que Schnapper relata quando trata do desemprego invertido vivenciado pelos jovens trabalhadores não-manuais. Todavia, contrapondo-se à teoria de Offe, o estudo da referida autora aponta em outra direção quando analisa a tipologia que se refere ao desemprego total. A nosso ver, a não centralidade do trabalho é posta em questão haja visto a análise do conteúdo das entrevistas realizadas por Schnapper.

A autora identifica que são a *humilhação, o tédio* e a *dessocialização* os três "sentimentos" principais daqueles atores sociais em situação de desemprego total. Daí porque essa forma de desemprego seja considerada a mais degradante dos três tipos definidos por ela. É para os trabalhadores mais adultos que o desemprego acarreta a pior crise de *status*, o que, antes de mais nada, reflete o apego ao trabalho por parte dessas pessoas. O trabalho é encarado por eles como a regra moral do comportamento no que se refere à sua honra pessoal, de modo que, em contrapartida, o desemprego conduz a uma decadência, inclusive moral, para essas pessoas.[18]

---

[18] As entrevistas dão um bom panorama do valor concedido ao trabalho, na medida em que explicitam os sentimentos de humilhação e de culpa pelos quais as pessoas passam. Alguns

A *honra* é o que estabelece o *sistema de valores das sociedades e das populações pobres*. Assim sendo, a crise de *status* criada pelo desemprego e a humilhação que dela resulta fazem com que exista uma identificação entre honra e trabalho, bem como uma percepção dicotômica que opõe aos trabalhadores os preguiçosos e vadios, estes sem honra e dignidade, e, por conseguinte, sujeitos à reprovação dos demais. De acordo com as análises de Schnapper, a decadência é sentida com mais força pelos desempregados mais velhos, incluindo aí as mulheres, porque estes possuem o sentimento de terem sido usados enquanto tinham mais vigor, e de terem sido descartados com a idade. Sendo assim, para elas o desemprego representa a negação do futuro e a humilhação típica do desemprego total.

Ademais, atesta a autora, para os trabalhadores que vivem o desemprego total, o *tempo do trabalho* é que define o *tempo livre* e lhes proporcionava o sentido de existir. Por isso, o desemprego aparece como um fator de desorganização do tempo cotidiano, e o tempo livre deixa de ser utilizado racionalmente, já que as pessoas não conseguem fazer uma substituição de atividades. O tempo dedicado ao lazer não se expande para ocupar o tempo antes ocupado pelo trabalho. Schnapper reforça que a falta de qualificação profissional e de formação geral, além de aumentar as chances de desemprego, torna difícil, quando não impossível, a substituição de atividades, o que faz com que o tédio seja um dos traços essenciais do desemprego total, aumentando a angústia daqueles que se encaixam nesta situação.

---

exemplos disso: um entrevistado afirma não se sentir mais um homem (p.56, n.30); outro faz a colocação de que as duas coisas que mais detesta são desemprego e hospital, mas que em relação às duas não tem escolha (p.57, n.75); um outro ainda chega a dizer que para ele o desemprego significa a morte (p.56, n.74). No tocante à culpa, vários entrevistados declararam que sentiam culpa e vergonha por não conseguir encontrar emprego.

A autora diferencia o tédio provocado pelo desemprego daquele provocado por um trabalho parcelado e monótono. Este é compensado pelo fato de que o ambiente do trabalho constitui um centro de formação de relações sociais. Desse modo, um dos papéis que o trabalho, ou mais especificamente, o *habitat* do trabalho desempenha no meio operário é proteger contra o tédio provocado pelo tempo livre e pelo não-trabalho.[19]

Para os *ouvriers* e para os *employés, o* desemprego representa um longo período de solidão. Isso porque para essas pessoas, possuidoras de condições de trabalho específicas, de um determinado sistema de valores e de um determinado nível cultural, o trabalho é o local por excelência do estabelecimento das relações sociais e do companheirismo, constituindo-se numa forma essencial para a sociabilidade e para a afirmação social e mesmo existencial. A situação de não-trabalho, quase sempre vista nesse caso por quem a sofre como algo pessoal, implica num gradativo *perceber-se* não igual aos demais. Assim, de acordo com a autora, o desemprego para um indivíduo implica, simultaneamente, na perda do emprego e na dessocialização quase total, na medida em que cessam as ocasiões de encontros e trocas com os

---

[19] De acordo com a interpretação das entrevistas, feita pela autora, a desorganização do tempo, além de causar o tédio, simultaneamente faz com que as pessoas se sintam incapazes de utilizar o tempo disponível para empreender atividades de forma organizada. De fato, os entrevistados afirmam que quando trabalhavam eram mais dinâmicos, pois exerciam mais atividades e tinham vontade de exercê-las, mas que, com o desemprego, perderam essa vontade e não conseguem se organizar. Um dos entrevistados sintetiza: "...Lá j'ai vraiment pas le temps. C'est-à-dire les journées paraissent longues et en même temps, je n'ai pas le temps de rien faire, c'est um peu paradoxal, mais c'est vrai (...). Les journées passent comme ça, on se demande qu'est-ce que l'on fait (...). Quand je travaillais, je trouvais le temps de faire du sport quand même, on faisait du footing le dimanche matin, du tennis, on allais à la piscine à cause de l'enfant... Depuis un moment j'avoue qu'on ne fait plus grand-chose, mais il faut que ça change, sinon on va devenir des jeunes-viex. Parce que on prend vite l'habitude de rien faire" (p.91, n.83).

outros indivíduos. A dessocialização é quase total porque, mesmo existindo outras relações estabelecidas antes do desemprego que permitiriam ocasiões de encontro, estes praticamente não ocorrem, dado que a humilhação na qual vivem os desempregados os impede de manter relações normais com os outros. *"Le chômage se vit en solitaire"* [20](p.99).

De acordo com Silva (2001), a persistência do fato do desemprego ainda ser interpretado como fracasso pessoal por parte dos próprios indivíduos atingidos, "só é possível porque, no plano cultural, a sociedade do trabalho, com sua ideologia do pleno emprego e do trabalho como principal meio de integração social, continua funcionando como padrão normativo, sendo sua conseqüência, no atual contexto, a desintegração social" (p.11). Este autor enfatiza, ainda, que "presenciamos o esgotamento de um modelo de sociedade, que não consegue mais oferecer as condições para realizar suas próprias exigências normativas" (p.11). Tal descompasso produz, como observou Schnapper, indivíduos angustiados e marginalizados.

Outra autora, Viviane Forrester (1997) defende esta mesma tese ao analisar o que considera um "*engodo magistral*": a difusão da ideologia de que o desemprego atual é um fenômeno passageiro e de que conseguir ou não um emprego constitui uma questão de mérito, quando, segundo ela quer mostrar, o mundo econômico não vive mais em função do trabalho.

Não é mais o caso de uma simples crise, mas sim de uma nova era da civilização, com novos elementos, na qual o trabalho humano e os próprios trabalhadores estão se tornando cada vez mais supérfluos e desnecessários para o funcionamento da economia. A sociedade, de acordo com Forrester,

---

[20] "O desemprego se vive em solidão."

estaria vivendo em torno de parâmetros já inexistentes, embora insista na manutenção destes, sacrificando milhões de pessoas, as quais não têm acesso à única sociedade respeitável, baseada no trabalho, na forma de emprego. Camufla-se o naufrágio do modelo baseado no trabalho, colocando-o *"na conta de 'crises temporárias' a fim de que passe despercebida uma nova forma de civilização que já desponta, em que só uma pequena porcentagem da população encontrará funções"*(p.31).

A autora faz duras críticas aos governos que formulam suas políticas de acordo com um modelo que ela considera ultrapassado, resultando em "migalhas" para os trabalhadores e com as quais se obtêm falsas soluções que acabam por promover o bom funcionamento da economia em detrimento do bem-estar da sociedade. Tais políticas agraciam as grandes empresas com fartas subvenções e isenções de taxas, esperando que elas cumpram a promessa de criação de empregos. Entretanto, elas, mesmo quando lucrativas, os criam em quantidades ínfimas (quando comparadas à demanda).[21] A

[21] Vide a guerra fiscal que os estados brasileiros travam com o intuito de atraírem as empresas. No caso específico da indústria têxtil há uma visível tendência de migração para o Nordeste. Esta reorganização territorial está pautada por uma série de elementos que tem atraído as empresas, quase que de forma irresistível. Um deles é o pacote de incentivos que os governos dos estados da região têm oferecido: benefícios fiscais referentes ao ICMS (no Ceará, por exemplo, são 10 anos de completa isenção fiscal); terreno e construção de galpões para as fábricas operarem sem nenhum custo para as empresas; energia subsidiada, dentre outros. Além dos incentivos da SUDENE — Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste — de caráter federal. Os sindicatos da região denunciam que as empresas se deslocam e se instalam com a promessa de gerar muito mais postos de trabalho do que realmente geram. Ilustra bem este fato o caso da empresa têxtil Coteminas, de grande porte e altamente robotizada, que se instalou no estado da Paraíba com a promessa de criar quatro mil novos postos de trabalho. Entretanto, de acordo com as informações do sindicato dos trabalhadores local, a empresa não chegou a criar sequer 300 novos postos. Outro aspecto que é preciso considerar - nesta estratégia empresarial pautada pela redução de custos - é a questão salarial, pois os estados que mais expulsaram mão-de-obra foram justamente os que melhor pagavam, enquanto os que mais atraíram e continuam atraindo são aqueles nos quais se pagam os piores salários (DESEP/CUT; fevereiro de 2001).

prosperidade destas empresas não implica na da sociedade e considera necessário entender que a economia não atende às necessidades sociais, e se mostra indignada frente ao que chama de bajulação às multinacionais. "*Todos são convidados a elevar (...) olhares humildes de vermes terrestres fascinados*"(p.49).

Assiste-se a um esforço no sentido de manter a "impostura geral" em curso, perpetuando-se, assim, o que a autora considera "*a violência da calma*", que, por sua vez, permite o desencadeamento de todas as outras violências.

Breves considerações

A autora não considera que há casos que parecem fugir ao seu esquema, como os do Japão e da Holanda, países que têm conseguido, através de suas escolhas políticas, manter baixas as taxas de desemprego sem maiores prejuízos aos trabalhadores. No caso da Holanda, as reformas políticas permitiram que a taxa de desemprego diminuísse pela metade desde 1983, sem que fosse necessário sacrificar o objetivo nacional de redistribuição de renda.[22] Se isto é verdade, então não é verdade que o trabalho, na forma de emprego, esteja condenado em todo o mundo como afirma Forrester.

Embora não dêem conta de todas as situações do mundo do trabalho, consideramos necessários trabalhos como os analisados neste capítulo, na medida em que contribuem para estudos qualitativos acerca das conseqüências do desemprego e do subemprego para as pessoas que experimentam essas situações - normalmente escondidas atrás de taxas estatísticas e de siglas insuficientes para dar conta deste tipo de análise.

---

[22] Dado extraído do artigo "*The Politics of unemployment" in* The Economist , 05 de abril de 1997.

Ao nosso ver, a questão que está colocada é a de que existe uma nítida tendência de escasseamento dos trabalhos assalariados, estáveis e cobertos pelos direitos legais. Neste sentido vamos ao encontro da tese de Nun (2000), de que não há mais capilaridade entre os setores formal e informal. O autor adverte que os movimentos das pessoas pelo mercado de trabalho se dão predominantemente na esfera da informalidade, ou seja, grande parte das pessoas que saem do setor formal jamais retornam a ele. E mais: parte considerável da população economicamente ativa ingressante no mercado de trabalho sequer chega a obter uma ocupação formal; e as atividades informais, principalmente os conhecidos "bicos", e o desemprego são características do modo de inserção de parcela crescente da PEA no mercado de trabalho (Pochmann, 2001)[23]. Os dados do caso que estudamos vão ao encontro desta tese, da qual José Nun é um dos maiores expoentes.

Consideramos, ainda, que a discussão travada neste capítulo, no mínimo coloca em suspenso qualquer juízo sobre a não centralidade do trabalho na sociedade contemporânea, na medida em que o trabalho, para muitos, ainda se constitui no único canal para a afirmação da sua importância social e, mesmo, existencial.

[23] Pochmann (2001), apresenta pesquisa que indica esta tendência no Brasil.

Considerações Finais

1. O que se verifica em Americana é uma forte tendência — ao que tudo indica irreversível — de descarte das habilidades e qualificações de milhares de trabalhadores especializados em um padrão de produção. Trata-se do que Cardoso (2000) classifica como tendência à "mortalidade de classe" — no caso de Americana, é o que ocorre com os tecelões e trabalhadores auxiliares no processo de produção têxtil que se utilizava de teares com lançadeiras. O que está posto, então, é a destruição de um amplo leque de habilidades consideradas desnecessárias, o que de fato o são, para o mercado. No capítulo 1, constatamos que a tendência de recuperação da produção e de crescimento na indústria têxtil da cidade tem dado bons sinais, que, no entanto, não têm se revertido em tendência de recuperação dos níveis de emprego. Desta forma é bastante provável que um tecelão que perdeu seu emprego na última década não encontre espaço para voltar a exercer sua profissão. Isso é bastante grave no caso de pessoas que a exerceram por toda sua vida profissional, caso da maioria das pessoas afastadas de seu emprego em Americana. Disso decorrem sérios problemas de identidade social e individual dos trabalhadores, fato constatado com nitidez nos depoimentos dos entrevistados e, sobretudo, no capítulo 3, quando discorremos sobre o conceito de desemprego total.

2. Dado que o destino da maioria absoluta dos trabalhadores da Indústria Têxtil que perdeu o emprego nos últimos anos é a exclusão do setor formal da economia, como verificamos no capítulo 2, podemos concluir que estamos nos deparando com um processo de perda significativa de qualidade de

emprego e de vida destas pessoas. A gravidade das conseqüências pode ser ainda maior, considerando que estamos falando de uma categoria — a têxtil — já muito fragilizada. E isto pode ser dito sem receio, na medida em que, para a classe trabalhadora brasileira o vínculo de formalidade é o que de melhor, ou de mais favorável, o país oferece. É para muitos o "passaporte" (Cardoso, 1998) para o mundo mais estável de direitos. Isto fica evidenciado quando comparamos os dados sobre trabalho formal e informal no Brasil[1]. Nas palavras de Cardoso (1998): "a formalidade traz o trabalhador à superfície da cena social, dando-lhe visibilidade pública e conferindo estabilidade à sua relação com o Estado via acesso regulado à legalidade imperante, a algo que poderia ser nomeado 'mínimos civilizatórios' em termos de remuneração e direitos." (p.12)

3. Urge uma reavaliação nas relações que o Estado e a sociedade, de forma mais ampla, travam com as pessoas que se encontram no mercado de trabalho informal. Tal reavaliação, que deve passar por uma redefinição conceitual de *trabalho informal,* é necessária para que estas relações sejam fundamentadas de maneira a trazer menos prejuízos para os que vivem esta realidade. Como pudemos constatar ao longo desta dissertação, o mercado de trabalho informal se consolida progressivamente como um caminho sem volta para parcelas cada vez mais significativas da população — basta olhar as estatísticas de geração de postos de trabalho para o conjunto da PEA. Nun (2000) afirma que se trata de um movimento unilateral de migração de postos de trabalho em direção ao mercado informal, de modo que não há mais capilaridade do setor informal para o formal.

[1] Para um estudo minucioso sobre essas diferenças ver: DESEP/CUT (2001).

4. Contudo, como bem salientaram alguns autores (Silva, 2001; Nun, 2000; Forrester, 1997), tanto o Estado como a sociedade se relacionam com os desempregados e com os trabalhadores informais através de uma rede de relações com pressupostos que não existem mais e que geram efeitos cruéis sobre eles, inclusive efeitos de auto-punição que podem levar a atitudes extremas[2]. Com o Estado, os efeitos desta relação são de dupla via: o Estado perde em arrecadação de impostos e os trabalhadores têm sua cidadania relegada a um plano, no mínimo, disperso por este Estado. Já, na sua relação com a sociedade, o trabalhador sem vínculo formal é discriminado pelo sistema bancário e também como consumidor (pela falta de crédito que o mercado lhe atribui).

5. O que identificamos nestas relações explicitadas acima é a tendência que a sociedade e os indivíduos têm em atribuir à categoria *trabalho* (na forma como é valorizado, assalariado e regular), a função de grande integrador ao *sistema social*[3]. Contudo — e boa parte da literatura produzida nas últimas duas décadas sobre o tema sugere — este tipo de trabalho é cada vez mais escasso e configura um cenário paradoxal. Conforme tratamos no

---

[2] Em um dos depoimentos colhidos em Americana, o entrevistado relatou que um grande amigo seu, descrito como otimista e expansivo, ao perder o emprego de tecelão e não conseguir nova ocupação, passou a ficar deprimido e a sofrer muita pressão familiar. Enfim, se viciou em bebida alcóolica, contraiu cirrose hepática e morreu sem recorrer a qualquer tratamento, e sem sequer contar à família ou amigos sobre sua doença, mantendo-a em segredo. O entrevistado deu a entender que o amigo escolheu morrer a ter que enfrentar a humilhação (ou o desespero) que o desemprego lhe causava (entrevista com Carlos Bernardo, abril de 1998). Ver também caso analisado por Silva (2001).

[3] Sobre particularidades deste conceito de integração social ver Silva (2001) e demais bibliografias indicadas pelo autor.

capítulo 3, o sistema valoriza o que não oferece, e transfere para as suas vítimas a responsabilidade pelas contradições que são dele.

6. Uma vez que admitimos que boa parte dos profissionais perde a sua importância para o mercado de trabalho, e que, portanto, fica sem perspectivas de voltar a exercer sua profissão — e mesmo qualquer outra coberta pelas garantias da formalidade — o que resta são grandes indagações: Como lidar com o crescimento das ocupações precárias e informais? Que tratamento dar a elas e como controlar este mercado? E sobretudo: como promover a inserção deste enorme contingente aos direitos básicos de cidadania a que deveriam ter acesso? São questões muito difíceis de encarar, mas primordiais para uma sociedade que se pretende democrática, e que certamente não se resolverá sem que haja reformulação das relações que o Estado, como representante de toda sociedade, mantém com a economia informal.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? (As Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho), São Paulo: Cortez Editora/Ed. da UNICAMP, 1995.

ARBIX, Glauco. "Trabalho: dois modelos de flexibilização". In: Lua Nova, n. 37, 1996

BARROS, Ricardo P. de e MENDONÇA, Rosane. "A absorção de mão-de-obra no setor de serviços". In: Dados: Revista de Ciências Sociais. Vol. 40, n. 1, 1997.

BRANDÃO, Sandra. "Elementos para compreender a controvérsia sobre as taxas de desemprego no Brasil." Mimeo, 1997.

BRAUNBECK, Guillermo. Redes de Cooperação na Indústria Têxtil: Oportunidades e Desafios para o Pólo de Americana, monografia, IE/UNICAMP. 1994.

CAMPOS, André G. Mercado de trabalho, negociações coletivas e organização sindical na indústria têxtil e do vestuário - Relatório técnico do Projeto de Pesquisa e Formação Sindical "Reestruturação Produtiva, Política Industrial e Contratação Coletiva nos Anos 90: As propostas dos Trabalhadores". São Paulo: FINEP -Desep/CUT. 2000.

CAMPOS, André G. Estratégias empresariais e dilemas sindicais na indústria têxtil e de vestuário - Relatório técnico do Projeto de Pesquisa e Formação Sindical "Reestruturação Produtiva, Política Industrial e Contratação Coletiva nos Anos 90: As propostas dos Trabalhadores". São Paulo: FINEP -Desep/CUT. 1998.

CARDOSO, Adalberto M. - Trabalhar, Verbo Transitivo: Destinos Profissionais dos Deserdados da Indústria Automobilística.. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2000

_____. "Trabalhar, verbo transitivo: trajetórias ocupacionais de trabalhadores da indústiria automobílística". In: Dados: Revista de Ciências Sociais, Vol. 41, n. 4, 1998.

_____. "Trabalhar, verbo transitivo: Explorando a RAIS como fonte para análise de trajetórias ocupacionais." Mimeo, 1998.

CASEY, Catherine. Work, Self and Society: After Industrialism. Londres: Routledge, 1995.

CHAN, Anita, SENSER, Robert. "O sofrimento dos Trabalhadores Chineses" in: Foreing Affais, 1997 (edição brasileira da Gazeta Mercantil publicada em 11/04/1997).

COLLI, Juliana M. A trama da terceirização: Um estudo do trabalho no ramo da tecelagem. Campinas: Editora da UNICAMP. 1998.

COMIM, Alexandre. Reestruturação e concorrência na indústria brasileira de vestuário e de calçados - Relatório técnico do Projeto de Pesquisa e Formação Sindical "Reestruturação Produtiva, Política Industrial e Contratação Coletiva nos Anos 90: As propostas dos Trabalhadores". São Paulo: Desep/CUT. 2000.

COMIM, Álvaro. "Regulação e desregulação do mercado de trabalho no Brasil." Mimeo, 2002

CORIAT, Benjamin. "Autômatos, Robôs e a Classe Operária". In: Novos Estudos CEBRAP, v. 2, n. 2, 1983.

DESEP/CUT. Caderno Síntese -Têxtil, Vestuário, Couros e Calçados - Projeto de Pesquisa e Formação Sindical "Reestruturação Produtiva, Política Industrial e Contratação Coletiva nos Anos 90: As propostas dos Trabalhadores". São Paulo: Desep/CUT. 2000.

DESEP/CUT. "O mercado de trabalho brasileiro nos anos 90: crônica de uma desestruturação anunciada", São Paulo: mimeo. 1998.

ELMESKOV, Jorgen & MACFARLAN, Maitland. "Unemployment Persistence", In: OECD Economics Studies, n. 21, 1993.

FORRESTER, Viviane. O Horror Econômico. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

GARCIA, Odair Lopes. Avaliação da Competitividade da Indústria Têxtil Brasileira. Tese de doutoramento, IE/UNICAMP. 1994.

GARCIA, Renato de Castro. Estado, Políticas Públicas e Financiamento - A indústria têxtil e do vestuário - Relatório técnico do Projeto de Pesquisa e Formação Sindical "Reestruturação Produtiva, Política Industrial e Contratação Coletiva nos Anos 90: As propostas dos Trabalhadores". São Paulo: Desep/CUT. 2000.

_____. Aglomerações setoriais ou distritos industrias: um estudo das indústrias têxtil e de calçados no Brasil. Dissertação de mestrado, IE/UNICAMP, 1996.

GORZ, André. Adeus ao proletariado, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

HARVEY, David. Condição Pós-Moderna, São Paulo: Loyola, 1994.

HEAD, Simon. "Produção enxuta exige menos qualificação", in: O Estado de São Paulo, 12/05/1996. (Ensaio publicado originalmente em The New York Review of Books).

HIRATA, Helena. "O(s) mundo(s) do trabalho: convergência e diversidade num contexto de mudança dos paradigmas produtivos". São Paulo: mimeo, 1996. (Texto apresentado no Seminário Educação e Empregabilidade, promovido pela Rhodia e PUC/SP, 7 a 9 de agosto de 1996)

HIRATUKA, Célio e GARCIA, Renato de Castro. "Impactos da abertura comercial sobre a dinâmica da indústria têxtil brasileira", in: Revista Leituras de Economia Política, n. 1, ano 1. 1995.

KING, Gary. KEOHANE, R. O. VERBA, Sidney. "The Science in the Social Science", In: Designing Social Inquire - Scientific Inference in Qualitative Research, Princeton: Princeton University Press. 1994.

KURZ, Robert. O Colapso da Modernização, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LIEMT, Gijsbert Van. "La mundialización de la economia: posibilidades al alcance de los trabajadores y estratégias de empresa em los paises de costos laborales altos", In: Revista Internacional del Trabajo, vol. 112, n. 1, 1993.

MATTOSO, Jorge, POCHMANN, Márcio. "Mudanças estruturais e trabalho no Brasil", in: Revista Economia e Sociedade, n. 10, junho 1998.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Registros Administrativos RAIS e CAGED. Brasília/DF, abril de 1999.

NUN, José. "O futuro do emprego e a tese da massa marginal", in Novos Estudos CEBRAP, n. 56, março de 2000.

OFFE, Claus. "Trabalho - a categoria sociológica chave?" In: O Capitalismo desorganizado, São Paulo: Brasiliense, 1994.

OLIVEIRA, Marco A. de (org). Economia e Trabalho - textos básicos. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

PERO, Valéria. "Duração do (des)emprego formal e suas implicações sobre a carreira profissional", texto apresentado no Seminário: Estudos do trabalho: Novas problemáticas, novas metodologias e novas áreas de pesquisa, FFLCH, USP, 2000.

POCHMANN, Márcio. O Emprego na Globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Editora Boitempo Editorial, 2001.

RIFKIN, Jeremy. O Fim dos Empregos - O declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho. São Paulo: Makron Books, 1995.

SCHNAPPER, Dominique. L'épreuve du chômage, Paris: Gallinard, 1981.

SENGENBERGER, Werner. "Intensificación de la competencia, reestructuración industrial y relaciones de trabajo", In: Revista Internacional del Trabajo, vol. 111, n. 3, 1992.

SILVA, Josué P. da. "A crise da Sociedade do Trabalho em Debate". In: Lua Nova, n. 35, 1995.

SILVA, Josué P. da. "Trabalho e inserção social". Texto apresentado no Seminário: Marxismo e Ciências Sociais. CEMARX - IFCH/UNICAMP. Mimeo, novembro/2001.

SINDITEC - Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Americana e Região (Nova Odessa, Santa Bárbara e Sumaré) - "Resumo do Setor", In: www.sinditec.com.br

SINGER, Paul. "Globalização e Emprego", In. Novos Estudos CEBRAP, n. 45, julho/1996.

SORJ, Bila. "Sociologia e Trabalho: mutações, encontros e desencontros", In Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol 15, n. 43, junho de 2000.

STANDING, Guy. "El concepto de desempleo estrutural", Revista Internacional del Trabajo, vol. 102, n. 2, abril/junho de 1983.

CETE/SP - Comissão Estadual de Emprego de São Paulo. Subsídios para elaboração do Diagnóstico Municipal: Região de Campinas. Município de Americana. São Paulo. Dezembro de 1997.

TOPALOV, Christian. "Invention du chômage et politiques sociales au début du siècle", In: Les Temps Modernes, n. 496/497, novembro/dezembro de 1987.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

_____. Naissance du Chomeur, 1880 -1910, Paris: Ed. Albin Michel S.A, 1994.

WUHL, Simon. "Chômage: de la longue durée à l'exclusion", In: Sprit, n. 182, junho de 1992

Periódicos:

Revista Exame, 10 de julho de 96

Revista Veja (vários números)

Jornal Valor Econômico, 13 de maio de 2002

Jornal Gazeta Mercantil (vários números)

Jornal Folha de São Paulo (vários números)

Bancos de dados:

RAIS e Caged

Entrevistas:

Trabalhadores desligados

Aparecido Zanele - julho de 1997

Aparecido Zagheti - julho de 1997 e fevereiro de 1998

Antônio Santana - fevereiro de 1998

Benedito dos Santos - abril de 1998

Silmar Estoco - abril de 1998

Ademir Bernardo - abril de 1998

Carlos Bernardo - abril de 1998

Valentin Marola - abril de 1998

Representantes sindicais

João Girardi - representante do SINDITEC, sindicato patronal, março e abril de 1997

Sérgio - representante do sindicato dos trabalhadores, março de 1997

Empresários

Alexandre Duarte - diretor financeiro de uma empresa de médio porte (Tinturaria e Estamparia Primor), maio de 1997

José Luís Garcia - proprietário de pequena empresa, agosto de 1998

Roberto - gerente de recursos humanos da Tecelagem Jacyra, grande empresa, agosto de 1998

Renato - representante da Tecelagem Dahruj, grande empresa, agosto de 1998

José Messias - gerente administrativo da Têxtil Elizabeth, grande empresa, setembro de 1998

Outros

Regina Coeli M. Pigatto - diretora do Centro Integrado de Apoio ao Trabalhador (CIAT) de Americana, 1998